

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Santana Lopes abre a Campanha com entusiasmo e confiança



Regresso do Presidente
à Figueira da Foz



Debate televisivo
opõe candidatos a PM



Conselho de Ministros



O Conselho de Ministros, na sua reunião de dia 2, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou 20 diplomas e foi informado, pelo Ministro da Economia das perspectivas da estratégia preconizada para o sector do gás natural e das grandes linhas de reorganização e liberalização assumidas. Dos diplomas, citamos um Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Maio de 2003, relativa à promoção da **utilização de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes**.

A promoção da produção e do uso de biocombustíveis no espaço comunitário é um importante instrumento para redução da dependência das importações de energia e um factor influenciador do mercado de transportes e, deste modo, da segurança de abastecimento energético a médio e longo prazo.

Para assegurar o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais constantes, respectivamente, das Resoluções de Conselho de Ministros n.º 63/2003 e 171/2004, do Decreto-Lei n.º XXX/2005 (transposição da Directiva relativa à promoção dos biocombustíveis) e Protocolo de Quioto, aprovado por Portugal pelo Decreto n.º 7/2002, é essencial criar os instrumentos de política necessários à efectiva promoção da utilização dos biocombustíveis nos transportes.

Neste sentido, o presente diploma vem transpor para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à promoção da utilização de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes, cujo prazo de transposição terminou em 31 de Dezembro de 2004.

Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/33/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros em matéria de **publicidade e de patrocínio dos produtos do tabaco** e altera o Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio.

Através do presente diploma é reforçada a protecção dos não fumadores relativamente à exposição involuntária ao fumo passivo, pela possibilidade de se estabelecer a proibição de fumar nos locais de trabalho fechados, nos lares de idosos e nos estabelecimentos de restauração, bem como nos transportes públicos rodoviários e ferroviários de passageiros.

É proibido o patrocínio de campanhas de prevenção do tabagismo por empresas que comercializem produtos do tabaco, bem como se proíbe a distribuição gratuita de produtos do tabaco.

Melhora-se a solução relativa ao consumo de tabaco nos estabelecimentos de ensino, esclarecendo que a permissão excepcional do uso do tabaco se reporta, apenas, aos estabelecimentos de ensino superior e, ainda assim, desde

que verificadas as condições legalmente exigidas (ventilação separada ou pressão negativa com exaustão directa para o exterior).

É feita uma actualização da definição de publicidade e de patrocínio, de acordo com o Código da Publicidade e com a Directiva 2003/33/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

São actualizados os montantes das coimas que se mantêm inalterados desde 1988 e se mostram desactualizados, face ao nível de vida actual, bem como se procedeu à transferência para a Inspecção-Geral das Actividades Económicas da fiscalização do presente diploma.

A aprovação do presente Decreto-Lei, neste momento, justifica-se por estarem em causa interesses imperativos no domínio da saúde pública, que importa salvaguardar com a maior urgência.

Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 25/2003, de 4 de Fevereiro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/37/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Junho de 2001, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao **fabrico, à apresentação e à venda de produtos do tabaco**.

Passado mais de um ano sobre a aplicação do Decreto-Lei n.º 25/2003, verifica-se a necessidade de clarificar e de corrigir algumas das suas disposições, aproveitando-se esta alteração para introduzir outras regras, em consonância com os objectivos estratégicos inscritos no Plano Nacional de Saúde e que visam consolidar as acções de prevenção do tabagismo, nomeadamente, prevenindo o consumo do tabaco nos jovens e promovendo a cessação do uso do tabaco pelos fumadores.

Tais acções enquadram-se nas medidas adoptadas pela Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o controlo do tabaco, como, por exemplo, a proibição de venda de produtos de tabaco através de máquinas de venda automática, bem como a proibição de venda dos mesmos produtos a menores.

A aprovação do presente Decreto-Lei, neste momento, justifica-se por estarem em causa interesses imperativos no domínio da saúde pública, que importa salvaguardar com a maior urgência.

Regime jurídico da pesquisa e exploração de pedreiras

Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).

O Decreto-Lei n.º 270/2001, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras), veio a revelar-se, na prática, demasiado exigente e ambicioso ao pretender regular através de um regime

Conselho de Ministros

único um universo tão vasto e diferenciado como é o do aproveitamento das massas minerais.

O presente diploma tem, pois, como objectivo essencial adequar aquele decreto-lei à realidade do sector, tornando-se, assim, possível o difícil, mas necessário, equilíbrio entre o progresso económico e as preocupações ambientais.

A inserção da presente iniciativa nos poderes de um Governo de gestão, para os efeitos previstos na Constituição, reporta-se ao cumprimento dos princípios da desburocratização e da eficiência da actividade administrativa, transversais à mais elementar gestão dos negócios públicos e de reconhecimento incondicionalmente prioritário.

Normas de execução do Orçamento do Estado para 2005

Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2005.

O decreto-lei de execução orçamental, aprovado anualmente, nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, contém as normas necessárias à execução do Orçamento do Estado do ano em curso, incluindo as relativas ao orçamento dos serviços integrados, aos orçamentos dos serviços e fundos autónomos e ao orçamento da Segurança Social.

O decreto-lei de execução orçamental de 2005 pretende desenvolver, na esteira do que se aprovou no Orçamento do Estado, a política de consolidação orçamental que tem vindo a ser seguida, designadamente pela adopção de medidas de criterioso controlo da despesa pública.

Tal justifica a estrita necessidade da aprovação deste diploma.

Garantia do direito à informação e na preservação dos laços linguísticos e culturais das comunidades portuguesas

Decreto-Lei que estabelece as condições de cedência de direitos previstos no n.º 5 do artigo 28.º da Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto.

A Lei da Televisão, Lei n.º 32/2003, obriga os titulares de direitos exclusivos para a transmissão televisiva de quaisquer eventos a ceder o respectivo sinal aos operadores que disponham de emissões internacionais. Com esta disposição legal pretende-se acautelar o interesse público, concretizado na garantia do direito à informação e na preservação dos laços linguísticos e culturais das comunidades portuguesas no estrangeiro e, ainda, difundir a cultura e língua portuguesas, com especial relevância quanto aos países de língua oficial portuguesa.

O presente diploma vem estabelecer as condições de cedência de direitos prevista na referida Lei da Televisão, em particular no seu artigo 28.º, n.º 5.

Importa que este Decreto-Lei possa estar publicado em tempo útil para o início das negociações dos conteúdos televisivos mais utilizados pelos canais internacionais, como é sobretudo o caso de eventos desportivos. As referidas negociações têm habitualmente início em Abril.

Interesse público do Instituto Superior Politécnico do Oeste

Decreto-Lei que reconhece o interesse público do Instituto Superior Politécnico do Oeste.

O presente diploma visa reconhecer o interesse público do Instituto Superior Politécnico do Oeste, dando continuidade ao ensino que a COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. foi autorizada a ministrar ao abrigo do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, nas instalações do Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias de Torres Vedras e do Instituto Superior de Matemática e Gestão de Torres Vedras.

O Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias de Torres Vedras e o Instituto Superior de Matemática e Gestão de Torres Vedras cessam, desta forma, a sua actividade.

A aprovação do presente diploma é necessária e urgente na medida em que a Administração praticou actos como a aprovação de vagas, a aprovação de alterações de planos de estudo de cursos, o registo de estatutos, entre outros, o que permitiu criar legítimas expectativas, pelo que, de acordo com os princípios da protecção da confiança e da boa fé, deverão ser reconhecidos alguns efeitos entretanto produzidos.

Ademais, os prejuízos decorrentes do prolongamento no tempo de todo este processo, cuja paralisia acarretaria a frustração de legítimas expectativas e a inviabilização do desenvolvimento do projecto Científico e Pedagógico, justificam que o Governo considere preenchidos os requisitos da necessidade e urgência a que se encontra, nos termos constitucionais, adstrito.

Permuta de imóveis do Estado Português por imóveis do município de Bragança

Resolução do Conselho de Ministros que autoriza a permuta de imóveis do Estado Português por imóveis do município de Bragança.

O Governo autorizou, por meio desta Resolução, a permuta de sete imóveis do Estado sítios em Bragança, por cinco imóveis do Município de Bragança sítios no mesmo concelho, a fim de os destinar a serviços dependentes do Ministério da Justiça tais como Palácio da Justiça, Serviços do Registo e Notariado, Casa de Magistrados e Cadeia Civil de Bragança.

Trata-se de iniciativa que tem em vista a mera gestão corrente do património fundiário do Estado.

Plano de Reestruturação do Complexo Desportivo do Jamor

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano de Reestruturação do Complexo Desportivo do Jamor.

Atendendo à inegável qualidade paisagística da área que envolve este complexo desportivo, torna-se necessário proceder à sua modernização e requalificação, dotando, tal espaço, de um conjunto de novas valências funcionais e esteticamente harmonizadas.

Pretende-se que as referidas valências se articulem entre si, funcionando em complementaridade com o parque desportivo actualmente existente no Complexo Desportivo do Jamor.

Torna-se, assim, necessário e urgente intervir naquele espaço recreativo e desportivo, para que não se acentue a degradação da componente ambiental que o caracteriza, dado que se integra numa das zonas verdes mais significativas do país.

Esta reestruturação contempla a requalificação do espaço envolvente ao Complexo, as obras de beneficiação das instalações existentes, bem como a construção de novas infra-estruturas que, para além de traduzirem uma efectiva melhoria na qualidade da oferta desportiva, permitirão, no futuro, dotá-lo das condições adequadas para a realização de grandes eventos desportivos de nível internacional.

Em face da procura cada vez mais acentuada do espaço que integra o denominado Complexo Desportivo do Jamor, o Governo entende como prioridade aprovar este plano, no imediato, destinado a reestruturar e a modernizar aquele Complexo, dando resposta adequada às principais solicitações desportivas e recreativas dos seus utilizadores.

Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro

Resolução do Conselho de Ministros que aprova medidas de acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro.

A riqueza do património natural, paisagístico, histórico e cultural do vale do Douro, associada a produtos de eleição como os vinhos do Porto e do Douro, dotou esta região de condições ímpares para se poder constituir num destino turístico de excepção.

Deste modo foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro por um encarregado de missão e pela respectiva estrutura de apoio, na sequência da Resolução de Conselho de Ministros n.º 139/2003, de 29 de Agosto, que elegeu o Vale do Douro como zona de excepcional aptidão e vocação turística.

A decisão de elaboração deste Plano prendeu-se com a pretensão de delinear uma estratégia integrada de desenvolvimento turístico para aquela região, definindo os grandes objectivos a prosseguir e explicitando um quadro de programação dos investimentos públicos prioritários a realizar e de eliminação ou atenuação de importantes custos de contexto que especificamente condicionam o desenvolvimento do Vale do Douro.

Só com a presente avaliação deste Plano, tendo em vista a sua posterior aprovação e execução, será possível dar continuidade ao trabalho já iniciado, dotando a Região do Vale do Douro da aludida estratégia integrada, indispensável para o desenvolvimento da região, ficando por isto justificada a necessidade da sua aprovação.

Futuro Plano de Urbanização da Zona Envolvente à V.L.

Conselho de Ministros

9, no município de Vila Nova de Gaia

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o estabelecimento de medidas preventivas para a área de intervenção do futuro Plano de Urbanização da Zona Envolvente à V.L. 9, no município de Vila Nova de Gaia, pelo prazo de dois anos.

Na sequência da decisão de elaboração do Plano de Urbanização da Zona Envolvente à VL9, que preconiza e desenvolve uma nova opção de planeamento para uma área integrada numa unidade operativa de planeamento e gestão, surgiu a necessidade de serem estabelecidas medidas preventivas, de forma a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução daquele Plano.

A construção dos acessos à futura Ponte do Infante vem obrigar à adequação e transformação das áreas adjacentes à VL 9 e à implementação da Unidade Operativa prevista no Plano Director Municipal, designada por Zona Nascente da Expansão da Cidade, o que será feito através do Plano de Urbanização. Trata-se de uma área estruturada essencialmente pelas duas novas Avenidas Urbanas VL 10 e VL 9, de grande complexidade, quer porque se trata de um território de difícil caracterização, de periferia urbana não homogéneo, quer porque se contextualiza numa área de grande importância urbana para o centro urbano do município.

Trata-se de um acto de administração ordinária, compreendido nas atribuições de um Governo em gestão.

Plano de Urbanização da Zona Envolvente à V.L. 3 no município de Vila Nova de Gaia.

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o estabelecimento de medidas preventivas para a área de intervenção do futuro Plano de Urbanização da Zona Envolvente à V.L. 3 entre a E.N. 1-15 e o I.C. 2, pelo prazo de dois anos, no município de Vila Nova de Gaia.

Foi ratificado o estabelecimento de medidas preventivas na referida área tendo em vista evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer a execução do mencionado plano de urbanização, actualmente em elaboração.

A urgência na aprovação das decisões contidas neste diploma decorre não só das mesmas configurarem uma medida cautelar para salvaguarda do referido instrumento de planeamento territorial, bem como da necessidade de concluir um procedimento que se encontra totalmente finalizado e que se mostra inadiável para dar cumprimento às orientações a estabelecer no futuro Plano de Urbanização.

Trata-se de um acto de mera gestão ordinária, cuja prática é constitucionalmente permitida a um Governo de gestão.

Plano de Urbanização para a Zona Envolvente ao Centro de Treinos e Formação Desportiva de Olival/Crestuma

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica as medidas preventivas para a área a sujeitar ao futuro Plano de Urbanização para a Zona Envolvente ao Centro de Treinos e Formação Desportiva de Olival/Crestuma, pelo prazo de dois anos.

O estabelecimento de medidas preventivas na referida área destina-se a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer a execução do mencionado plano de urbanização, actualmente em elaboração.

A urgência na ratificação das decisões contidas nesta Resolução decorre não só das mesmas configurarem uma medida cautelar para salvaguarda do referido instrumento de planeamento territorial bem como da necessidade de concluir um procedimento que se encontra totalmente finalizado e que se mostra inadiável para dar cumprimento às orientações a estabelecer no futuro Plano de Urbanização.

Acresce tratar-se de um acto de mera gestão ordinária, cuja prática é constitucionalmente admitida a um Governo de gestão.

Plano de Pormenor da Zona Nordeste da Vila de Soure

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o estabelecimento de medidas preventivas para a área a abranger pelo Plano de Pormenor da Zona Nordeste da Vila de Soure, actualmente em elaboração, pelo prazo de dois anos, bem como a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Soure, para parte dessa área e pelo mesmo prazo.

A construção da nova Escola C + S e Pavilhão Gimnodesportivo potencia

perspectivas de desenvolvimento económico e social local, incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no Plano Director Municipal, o que justifica a suspensão do mesmo e a elaboração de um Plano de Pormenor para aquela área e o estabelecimento de medidas preventivas de salvaguarda deste que a presente Resolução do Conselho de Ministros ora ratifica.

O estabelecimento de medidas preventivas tem por objectivo evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes, que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do futuro plano de pormenor em elaboração.

Está em causa o mero exercício da função administrativa do Governo, na expressão da tutela de legalidade, e integrativo da eficácia da aprovação do plano pela Assembleia Municipal da Figueira da Foz, estando, nessa medida, compreendido no conjunto dos actos que o Governo pode praticar neste período.

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.

O Plano de Ordenamento aprovado através da presente Resolução estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar naquela área protegida, com vista a assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies, comunidade bióticas ou aspectos físicos do ambiente.

Trata-se da conclusão de trabalhos iniciados em 31 de Dezembro de 1997, cuja discussão pública ocorreu entre 17 de Fevereiro de 2003 e 30 de Junho de 2004 e que visa dar cumprimento a disposições legais que exigem para determinadas categorias de espaço a sujeição a um estatuto especial de protecção.

Trata-se de um acto em matéria administrativa, incluído na categoria dos actos de gestão ordinária, cuja prática é constitucionalmente admitida a um Governo em gestão.

Plano de Pormenor da Quinta da Paiva, suspensão parcial do Plano Director Municipal de Miranda do Corvo e do Plano de Urbanização de Miranda do Corvo

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o estabelecimento de medidas preventivas para a área a abranger pelo Plano de Pormenor da Quinta da Paiva, actualmente em elaboração, pelo prazo de dois anos, bem como a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Miranda do Corvo e do Plano de Urbanização de Miranda do Corvo, para a mesma área, e pelo mesmo prazo.

A pretensão de desenvolver no local em questão, onde já existe um centro hípico, um projecto de lazer com interesse turístico que integra piscina, parque de merendas, bungalows, infra-estrutura hoteleira, espaço museológico, de grande interesse concelhio e regional e que possibilita a criação e dinamização de emprego para deficientes e pessoas socialmente desfavorecidas, incompatível com a concretização das opções estabelecidas nos referidos planos, justifica a suspensão do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização e a elaboração de um Plano de Pormenor para aquela área e o estabelecimento de medidas preventivas de salvaguarda deste.

O estabelecimento das medidas preventivas tem por objectivo evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes, que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do futuro plano de pormenor em elaboração.

Tendo em consideração as razões que presidiram à aprovação pela Assembleia Municipal de Miranda do Corvo da suspensão parcial dos respectivos Plano Director Municipal e Plano de Urbanização e ao estabelecimento de medidas preventivas, julga-se justificada a urgência da respectiva ratificação pelo Governo.

Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Portalegre

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Portalegre.

Com a ratificação do presente Plano de Pormenor visa-se, essencialmente, permitir a expansão da zona industrial existente que já se encontra totalmente

Conselho de Ministros

preenchida.

O Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Portalegre altera o Plano Director Municipal de Portalegre ao prever ocupação industrial em solos identificados na respectiva planta de ordenamento como áreas de montado, no sector Sudeste, e como áreas de uso predominantemente agrícola, naquele sector e no sector Sudoeste, junto ao IP2.

A presente ratificação consubstancia um acto de mera gestão ordinária, cuja prática é constitucionalmente admitida a um Governo de gestão.

Contrato de investimento entre o Estado e a PIETEC-Cortiças, S.A.

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e a PIETEC-Cortiças, S.A., relativo à realização de um projecto de investimento em Santa Maria da Feira.

O Governo aprovou, através de Resolução de Conselho de Ministros, a minuta do contrato de investimento a celebrar entre o Estado português e a PIETEC-Cortiças, S.A.

Com o presente investimento, a PIETEC-Cortiças S.A. pretende construir, em Santa Maria da Feira, uma nova unidade fabril destinada à produção de rolhas técnicas, utilizando a cortiça sob a forma de granulados e uma tecnologia inovadora, denominada método composto.

As características da rolha técnica – quimicamente inerte, inócua e não degenera ao longo do tempo – e as tecnologias a utilizar visam alcançar elevados níveis de eficiência e competitividade, a diminuição dos custos de produção e a obtenção de certificação de qualidade.

O valor do investimento total é de cerca de 6 milhões de euros e envolve a criação de 40 postos de trabalho directos e a manutenção dos existentes.

A PIETEC-Cortiças S.A. prevê atingir, a partir de 2007, o valor mínimo anual de vendas de € 11.885.50 e o valor mínimo relativo a resultados líquidos de € 667.911.

Face ao exposto, afigura-se existir plena justificação para a aprovação desta Resolução, tendo em vista a concessão dos incentivos em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e de imposto de selo.

Contrato de investimento entre o Estado e a Cerâmica Coelho da Silva

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a minuta do projecto de investimento em Porto de Mós. contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e a Cerâmica Coelho da Silva IV, SA, para a realização de um

O Governo aprovou, através de Resolução de Conselho de Ministros, a minuta do contrato de investimento a celebrar entre o Estado português e a Cerâmica Coelho da Silva, IV, S.A.

A Cerâmica Coelho da Silva, IV, S.A, localizada em Porto de Mós, pretende, com o presente investimento, criar uma unidade destinada à produção de telhas e acessórios de gama média e alta.

O investimento tem por objectivo a investigação e o desenvolvimento de produtos que se distingam pela alta qualidade, pelo design superior e por excepcionais propriedades físicas em termos de estanquidade, resistência ao gelo, resistência mecânica, planariedade, sistema de encaixe e facilidade de montagem, utilizando-se para tal técnicas e processos de fabrico inéditos em Portugal.

O valor do investimento total é de cerca de 18,5 milhões de euros e envolve a criação de 40 postos de trabalho directos e a manutenção dos existentes.

Face ao exposto, afigura-se existir plena justificação para a aprovação desta Resolução, tendo em vista a concessão dos incentivos fiscais em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e de imposto de selo.

Contrato de investimento entre o Estado Português e a Robinson

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o aditamento à minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e a Robinson 2 Revestimentos – Aglomerados Compostos de Cortiça, S.A., relativo à realização de um projecto de investimento em Portalegre.

Em 24 de Julho de 2003, ao abrigo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 99/2003, foi celebrado, entre o Estado Português e a Robinson 2

Revestimentos-Aglomerados Compostos de Cortiça, S. A., um contrato de investimento que atribuiu um conjunto de incentivos de natureza financeira e fiscal a um projecto de criação de uma unidade industrial em Portalegre visando a produção de uma gama de produtos corticeiros diferenciados e de qualidade superior, projecto esse inserido na estratégia de reestruturação da unidade mãe, a sociedade Corticeira Robinson, Bros., S. A..

O prazo previsto no referido contrato para a realização do investimento foi, entretanto, alterado, passando de Julho de 2002 a Dezembro de 2004 para o período de Julho de 2003 a Dezembro de 2005.

A aprovação do presente aditamento decorre, assim, da necessidade de conformar o contrato assinado em 2003 com a alteração do prazo inicialmente previsto para a realização do investimento.

A Robinson 2 Revestimentos-Aglomerados Compostos de Cortiça, S. A, através do presente projecto de investimento, visa assegurar a produção de uma gama de produtos corticeiros diferenciados e com um nível de qualidade que se pretende superior.

O objectivo é instalar uma unidade de produção reformulada, sem estrangulamentos produtivos, que tome como ponto de partida a gama especializada de produtos da fábrica mãe, investindo em equipamentos específicos para o fabrico de especialidades em aglomerados de cortiça, envolvendo uma redefinição rigorosa dos layouts produtivos para este tipo de produção e a racionalização de todos os mecanismos de movimentação de materiais, com o objectivo de melhoria da rentabilidade num processo de assumida especialização.

O projecto prevê ainda investimentos directos na área da racionalização energética, nomeadamente numa central de produção de vapor de processo que assegure em simultâneo a autonomia energética da unidade, através da utilização de um resíduo do processo produtivo, pó de cortiça, como principal combustível. Será também implementado um sistema de garantia da qualidade.

Trata-se de um projecto que envolve um investimento da ordem de 9.854.850 Euros e a criação de 151 postos de trabalho directos. Com a implementação do projecto, a empresa prevê alcançar volumes mínimos de vendas, para o mercado externo, de 9.477.160 Euros, a partir de 2006.

Perspectivas da estratégia preconizada para o sector do gás natural

O Conselho de Ministros teve, ainda, ocasião de conhecer a perspectiva apresentada pelo Senhor Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho relativamente à estratégia preconizada para o sector do gás natural, reiterando as grandes linhas de reorganização e liberalização oportunamente assumidas.

Nesse quadro, evidenciou-se a vantagem de atribuir à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN) a gestão conjunta dos activos de infra-estrutura de alta pressão de gás natural, através da transferência para aquela entidade da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (Transgás), assim como das instalações de armazenamento e de regaseificação do Terminal de Sines e de armazenamento subterrâneo no Carriço.

Por essa via, separar-se-iam actividades de transporte, armazenamento e regaseificação das de importação e comercialização, transferindo-se os activos comerciais para a Transgás, bem como os gasodutos de importação, na esfera da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A em regime de domínio total, mantendo esta entidade, designadamente, a titularidade dos contratos de aquisição de GN e de GNL actualmente em vigor.

Como grandes princípios subjacentes, assumiu-se a vantagem de vir a optar pela: a) redução da participação da EDP – Energias de Portugal, S.A., no capital social da REN, para o máximo de 5%; b) promoção da antecipação da liberalização do sector do gás natural, durante o ano de 2005 no que diz respeito aos produtores de electricidade, durante o ano de 2006 para os grandes clientes industriais e durante o ano de 2008 para os restantes clientes.

A operação de concentração visada enquadra-se, e precede, um conjunto mais vasto de transacções e acções regulatórias, relativas ao Sector Energético, referidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2003, de 10 de Maio, cuja clarificação de contornos e subsequente desenvolvimento, tão rápido quanto possível, urge, visando: i) acelerar o encaixe financeiro do Estado decorrente das reprivatizações no sector; ii) permitir às empresas do sector e respectivos accionistas prosseguir com as suas estratégias num contexto sectorial estável; iii) proceder à rápida liberalização de facto dos sectores de electricidade e do Gás Natural.

Relativamente a todos estes aspectos, o Conselho de Ministros entendeu dar pública nota da sua visão sobre o sector do gás natural, deixando as decisões pertinentes para o Governo que vier a resultar das eleições de 20 de Fevereiro de 2005. – **Fonte: Portal do Governo**

A campanha eleitoral começa em ambiente de grande emoção e apoio entusiasta ao PPD/PSD

O primeiro dia da campanha eleitoral para as legislativas de 20 de Fevereiro, arrancou oficialmente meia-noite de Sábado para Domingo e foi marcado pelo nosso primeiro comício de campanha em Castelo.

Região onde o PS julgava ter “favas contadas”, de onde provêm António Guterres e Sócrates (que é cabeça-de-lista pelo Distrito), a grande surpresa veio do nosso partido, que realizou o seu comício no maior pavilhão de Castelo Branco, com uma enchente absoluta, que extravasou para a rua, com centenas de militantes e simpatizantes sem lugar no interior, o que levou Santana Lopes, a dada altura, a pedir que as pessoas se chegassem mais umas às outras, mesmo ficando apertadas, para que muitos pudessem entrar – e mesmo assim, não foi suficiente!

Ora, isto aconteceu quando a algumas centenas de metros o PS fazia o seu comício de arranque, numa praça pública, que se revelou cheia de clareiras e com uma assistência bem inferior à da nossa sessão.

Ao lado de Santana Lopes estiveram figuras de grande relevo do PSD, como, Eurico de Melo e Alberto João Jardim e, evidentemente, Nuno Morais Sarmiento, Vice-Presidente do PPD/PSD e cabeça de lista por Castelo Branco.

Para o PSD este comício representou um corajoso desafio, ganho em toda a linha.

Quando Eurico de Melo subiu ao palco, foi acolhido com uma grande ovação, repetida quase a termina quando exortou à união para a vitória e avisou os adversários do PSD e a comunicação social, para não “brincarem com os pequenos arrufos” que por vezes acontecem entre social-democratas.

“Não andem a brincar com os arrufos que sempre existiram. Nós não nos preocupamos com esses arrufos, porque são passageiros, porque são resultado da grande liberdade que todos sentimos no interior de um Partido composto por tantas individualidades fortes. Não se preocupem! No verdadeiro PPD/PSD ninguém jamais desertou”, afirmou, manifestando a sua disponibilidade para continuar a participar na campanha eleitoral “na luta pela maioria na Assembleia da República”.

Seguiu-se uma das figuras mais populares do PPD/PSD, um homem cuja forma directa, por vezes áspera, mas sempre honesta e verdadeira, de abordar os problemas, o tem tornado alvo de críticas rasteiras e mal intencionadas: Alberto João Jardim.

O líder do PSD/Madeira, e presidente do Governo Regional daquela região autónoma, pediu “a derrota dos interesses que estão a dar cabo de Portugal”, acusando o PS de ser “conservador” e de se opor às mudanças e às reformas necessárias.

Elogiou as personalidades presentes e, com o seu habitual à-vontade, chamou ao palco, para um grande abraço, Eurico de Melo, Morais Sarmiento e Ribeiro Cristóvão.

Alberto João afirmou que “só com o nosso voto, no dia 20, podemos dar uma resposta e uma lição a estes senhores que já quase levaram o País



à destruição e ao caos e agora, sem vergonha, quando a casa estava arrumada e nos preparávamos para a consolidação, pedem aos Portugueses que os voltem a colocar no poleiro, de onde fugiram vergonhosamente, quando chegaram à conclusão que o naufrágio estava vá vista...”

“É preciso dar-lhes essa lição, é preciso ganhar no dia 20” disse, já a terminar, o que fez com um “Viva o PSD, Viva Portugal!”, que foi correspondido por grande ovação e ondear de bandeiras.

Seguiu-se o cabeça-de-lista e Vice-Presidente do PSD, Nuno Morais Sarmiento, Ministro de Estado, da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, do governo de Santana Lopes, que muito aplaudido e recebido com gritos de “PSD! PSD!” e de “Nuno, Amigo, a J está contigo!”, teve de esperar que a sala silenciasse - embora ao longo do discurso, tivesse sido muitas vezes interrompido por aplausos e “slogans” do PSD e da JSD - para dizer:

O discurso de Morais Sarmiento

Caras companheiras e caros companheiros!
Caras amigas e caros amigos!

Deixem-me que por todos saúde dois amigos especiais que aqui estão. O primeiro, um homem que é uma referência. Lembrar a fundação do PSD, é lembrá-lo. Esteve sempre presente nos momentos decisivos. Com uma convicção inabalável. Com uma vontade rija e dura, como são rijas e duras as pedras do norte de onde ele vem. Um homem cujo percurso de vida é para nós uma lição. Obrigado Eng.º Eurico de Melo, por estar hoje connosco em Castelo Branco!

Mas se o primeiro é uma referência, o segundo é um exemplo. Também desde a primeira hora, um homem que lutou como poucos, que conquistou vitórias como nenhum, mas que principalmente

realizou obra, como só os melhores conseguem realizar. O seu testemunho é para nós um exemplo. Obrigado Alberto João Jardim por estar hoje connosco em Castelo Branco!

É bom estarmos todos juntos. Só com esta sala, só por este momento, já valeu a pena. Porque só com esta sala e só com este comício já demos três lições ao Eng.º Sócrates.

A primeira, é uma lição de democracia. Ele achava que o resultado estava garantido antes das eleições. Que a campanha era um aborrecimento e que o voto dos portugueses era uma maçada necessária. Mas a partir de hoje, ele começou a perceber que não é assim. O resultado não é ele que o anuncia, é o povo que o decide, e só vai decidir no dia das eleições. E a vitória tem de ser merecida, porque ele não a merece, e principalmente, a vitória tem de ser conquistada e ele não vai conseguir conquistar a vitória, no dia 20 de Fevereiro.

A segunda é uma lição de humildade. Quanta arrogância, nós vemos neste Partido Socialista! Quanta arrogância mostra o Eng.º Sócrates! Com que direito é que ele pensa poder recusar debates? Com que direito é que o PS pensa poder recusar o confronto de ideias, de propostas e de alternativas? A verdade é que o Eng.º Sócrates não suporta que contrariem a sua vontade e quando isso acontece, irrita-se, amua e às vezes faz a birra. Mas a partir de hoje, ele também passou a perceber que nós não nos impressionamos quando ele amua. Que nós não nos assustamos quando ele faz birra. Principalmente, que o povo português ainda não descobriu uma única razão válida para lhe dar a razão e fazer-lhe a vontade no próximo dia 20 de Fevereiro.

Mas a terceira lição que hoje lhes damos é talvez a mais importante: é o sinal da nossa força e da nossa confiança. Vou-vos dizer que o comício do



Partido Socialista estava inicialmente marcado para a sala do Cine-Teatro aqui da cidade. Seiscentos lugares. Era essa a verdadeira medida da ambição do Partido Socialista. Mas quando souberam que tínhamos marcado o nosso comício para o mesmo dia, apressaram-se a mudar atrapalhadamente.

“Nós não mudamos, nem fugimos por causa dos outros!”

E essa é a diferença. É que nós não marcamos nem desmarcamos, não mudamos, nem fugimos por causa dos outros. Nós escolhemos, desde a primeira hora o maior e melhor espaço coberto desta cidade, e ainda este foi pequeno para a nossa ambição e para os nossos militantes e simpatizantes. Hoje, vê-se que esta sala é pequena. Hoje, “os do costume”, vão ter muita dificuldade em encontrar uma cadeira vazia. Para conseguirem filmar. Porque isto não é uma sala cheia; isto são duas salas cheias! Isto é uma manifestação extraordinária de força e de confiança para mostrar a esses treinadores de bancada e a esses profetas da desgraça, como é que nós começamos, no primeiro dia a nossa campanha!

Ainda bem que aqui estamos todos juntos, porque queremos dizer duas palavras ao Eng.º Sócrates. E digo: “queremos dizer”, porque em Castelo Branco somos uma equipa. Porque o PSD tem uma grande equipa a jogar por Castelo Branco. Os que aqui estiveram. Mas também os outros. O Ribeiro Cristóvão, Melo Bernardo, o Pedro Cruz, a Eugénia, a Isabel, a Margarida, o João de Deus e outros ainda. Talvez os mais importantes. Os que não são candidatos, mas todos os dias, como militantes, nas Juntas de Freguesia, nas Câmaras Municipais, nos seus locais de trabalho, onde vivem, lutam connosco pela vitória no dia 20 de Fevereiro.

É uma grande equipa. É uma equipa com amor à camisola. É uma equipa que só nestes dias já pôs mais Castelo Branco no mapa, do que o Eng.º Sócrates, durante quatro anos, como deputado por esta terra.

Mas é uma equipa que quer ir mais longe. Quer mais que colocar Castelo Branco no mapa, quer, principalmente, colocar Castelo Branco — porque Castelo Branco merece — de novo no caminho do progresso, do crescimento económico, do desenvolvimento.

E é essa equipa que tem duas palavras simples para dizer ao Eng.º Sócrates: a primeira, é uma palavra de boas-vindas. É que o Eng.º Sócrates leva a vida a encher a boca com o distrito de Castelo Branco, mas a verdade é que há muito tempo que



por cá, já ninguém lhe põe a vista em cima.

E por isso, hoje que finalmente veio, lhe queremos dizer: é bom que venha. Espera-o um choque. Ele que agora anda tão entusiasmado com a ideia dos “choques”, espera-o, aqui, um choque. Só esperamos é que ele aguente e não fuja, porque aqui o choque é o choque com a verdade deste distrito e com a verdade do nosso país.

Primeiro, no distrito. Um distrito por que foi eleito mas que nunca representou. Um distrito em que prometeu muito, mas cumpriu muito pouco. Em 2002, tinha um cartaz nas eleições que dizia «Electrificação da Linha da Beira Baixa. Cumprimos». Falava de uma obra que não tinha sequer iniciado. Que foram os governos do PSD que vieram a seguir, que desenvolveram, que construíram e que agora, finalmente, vai estar concluída até Castelo Branco, no próximo mês de Maio.

Mas tinha um outro cartaz que dizia «A23, cumprimos». Também aí ele mentia. Falava de uma obra em que os governos do Partido Socialista foram responsáveis, por menos por 20%; e os governos do PSD por mais de 80% da construção.

A verdade é que de concreto, a este distrito, o PS de Sócrates só deu lixo. E o lixo mais caro da região. Está ali à vista, no Fundão, a obra do Eng.º Sócrates. Custou três vezes mais que o necessário. Demorou duas vezes mais que o tempo inicialmente previsto. Por birra do Eng.º Sócrates, aplicou uma solução que não funciona, e principalmente, está desde a inauguração a contaminar solos e águas, causando a esta região danos irreparáveis.

Esta é que é a herança do Eng.º Sócrates no distrito de Castelo Branco. E é talvez o exemplo mais claro da sua governação: irresponsabilidade na questão ambiental; incompetência na gestão dos dinheiros públicos, e principalmente, a teimosia de quem pensa que a política é uma feira de vaidades pessoais.

Acautelem-se, por isso, com os cartazes que ele anda agora a pôr aí pelo país. Num deles fala de 150.000 postos de trabalho. Conhecendo os Socialistas, a primeira ideia que me veio à cabeça, foi que ele estava a falar do número de empregos para os militantes do Partido Socialista. Mas depois, percebi que não podia ser porque eles, militantes, nem um terço desse número conseguiriam ter. É uma ilusão.

“Em estado de choque, ficaram os Portugueses com o estado em que os socialistas deixaram o País”

Depois, vem falar do choque tecnológico. Francamente, Eng.º Sócrates, deixe-nos respirar, porque os portugueses ainda não recuperaram é do estado de choque em que o seu amigo António Guterres deixou o nosso país.

E principalmente, Eng.º Sócrates, não tente falar do que não sabe só para tentar parecer moderno. É que se continua a falar deste tema do «choque tecnológico», sem dele se perceber coisa alguma e o choque arrisca-se a ser mais **técnico** do que **lógico** e é o país que fica a perder.

Isto, para já não falar de um tema que leva a vida a tentar esquecer e esconder, que é a responsabilidade que teve durante dois anos, pela tutela da RTP. Conheço-o bem e sei que **foi ele e não outro quem deixou a RTP cair na situação de descabro**, de falência técnica e de descrédito a que tivemos nós de vir deitar a mão. Este é que é o verdadeiro Eng.º Sócrates! Que esconde, que falta à verdade, que inventa, para tapar o vazio das suas ideias e das suas propostas.

Mas agora, tem um novo reforço. Aliás, ele gosta de reforços. O primeiro foi o São Vitorino. Ele não falava, enquanto o São Vitorino não viesse dizer o que ele tinha para nos dizer.

Depois, foi o São Teleponto. Ele não falava enquanto o teleponto não lhe mostrasse o que ele tinha para nos dizer. E, agora, para remate, tem um novo Santo: o Eng.º António Guterres. E o que é extraordinário, é que o Eng.º Sócrates, o homem que é colocado aí esses cartazes, dizendo que é Sócrates que vai mudar Portugal. Um Sócrates que no primeiro comício da campanha, o primeiro sinal de mudança que dá a Portugal, é mostrar aquele que fugiu, da última vez que estiveram no governo.

E ficamos a perguntar: «Então ele fugiu e agora vem ajudar? Ajudar a fazer o quê?». É que na verdade, só se for estragar outra vez e fugir novamente. Mas se é assim, o melhor é anteciparem as coisas, arrumarem as botas e fugirem já todos, de uma só vez e de vez.

A última palavra que queremos aqui deixar, que esta equipa quer aqui deixar, é para o Pedro Santana Lopes. Quando apresentámos a nossa candidatura, como dizia o Carlos Pinto, escolhemos o lema que aí está: «Força interior». Porque achamos que hoje, como aconteceu ao longo destes trinta anos, é de dentro de cada um de nós, é de dentro deste extraordinário Partido que é o PSD, que vem a força necessária, sempre que Portugal precisa e vive momentos difíceis. Força interior. O Pedro Santana Lopes é um homem com força interior.





E por isso lhe dizemos de uma forma muito simples: «Pedro Santana Lopes, segue o teu caminho! Faz-nos sorrir, faz-nos pensar, faz-nos sentir. Mas, acima de tudo, não desistas nunca de nos fazer sonhar! O sonho que começámos há trinta anos com Francisco Sá Carneiro e que sabemos ser o sonho de Santana Lopes. O sonho que começámos há trinta anos e que sabemos ser o sonho de Santana Lopes. Pedro Santana Lopes, segue o teu caminho e nesse caminho conta connosco, porque nós contamos contigo!»

Viva o PSD! Viva Castelo Branco! Viva Portugal!

Após os minutos de aplauso, de ondear de bandeiras e de gritos de “PSD! PSD!”, tinha chegado a hora de encerramento do comício.

Pedro Santana Lopes, num grande discurso de abertura de Campanha

Foi ao som da música de campanha, “Guerreiro Menino”, que Santana Lopes entrou no pavilhão de Castelo Branco, para a intervenção final da noite. Envolvido por vibrantes aplausos e ondear de bandeiras o Presidente do nosso Partido, falando, como habitualmente, de improviso, dirigiu-se à assistência, que enchia por completo o Pavilhão – e mais adiante haveria de pedir que se apertassem um pouco, porque ainda havia centenas de pessoas na rua que queriam assistir – e afirmou:

Eu quero saudar este grande Partido, o PPD/PSD e a JSD... Os social-democratas que hoje aqui nesta abertura da campanha, dão esta prova extraordinária de determinação política. Consegui ouvir o povo, antes de vir para aqui, quando estava a pensar nas palavras que vos queria dirigir e nas intervenções daqueles que me antecederam.

Quero saudar todos candidatos a deputado por Castelo Branco, toda a lista — permitam-me falar no Fernando Jorge, no Ribeiro Cristóvão, Carlos Pinto, no Nuno Morais Sarmiento e dizer ao Nuno, dizer ao Carlos Pinto, a todos eles que estou feliz, por ter resultado em pleno, esta aposta que fizemos quando o Nuno, como porta-voz de todos, me disse: «Vamos ao comício, quando, em Castelo Branco?» e eu disse: «Vamos no Domingo. Porque não? É um bom dia».

«O PS faz o comício no mesmo dia, à mesma hora cá...» Fizemos um silêncio os dois e dissemos: «Vamos a isso!».

E aqui estamos a ganhar esta aposta, a demonstrar quem parte à frente na corrida para as eleições de 20 de Fevereiro.

Quero agradecer dum modo muito especial, a todos os outros candidatos a deputados, cabeças-de-lista de outros distritos, que aqui estão que têm actividades nos seus distritos e vieram de longe, dar testemunho de solidariedade, de unidade de todos nós, em torno deste grande objectivo que é fazermos esta inversão de expectativas, que ficará na História da democracia em Portugal; e que o PS já sentiu agora, ao ter despachado rapidamente o seu comício, fazendo aquilo a que se costuma

chamar meter a viola no saco e ir à espera de melhores dias, porque com o PPD/PSD, desta vez não teve hipótese nenhuma.

Quero agradecer dum modo muito especial a Montalvão Machado, a Eurico de Melo, a Alberto João Jardim, na linha que é a do PPD/PSD. Eles não se recusaram a colaborar. Antes pelo contrário, estão aqui no dia da abertura da campanha. Dizem: «Aqui estamos presentes, a contribuir para o caminho que nos há-de levar à vitória no dia 20 de Fevereiro».

Estamos numa eleição que foram convocadas num situação que quase começou em ilegitimidade democrática. São águas, não diria passadas, mas sobre as quais já falámos. Um facto sem precedentes. Mas estão convocadas. Temos as eleições para disputar. E o facto mais relevante, mais significativo, que politicamente deve ser salientado, é que estas eleições foram convocadas para permitir um facto muito simples: que aqueles que no dia 16 de Dezembro de 2001 — não foi só um, o PM de então, meu antecessor, Eng.º António Guterres — que disseram a Portugal e aos portugueses: «Nós não somos capazes de continuar a governar. O País está à beira duma situação muito perigosa». O PR insistiu na altura com eles e disse: «Mas façam um esforço, reúnam outra vez.» disse, na altura — quem



diria — : «A estabilidade é um valor muito importante e as legislaturas são para serem cumpridas.».

Mas o PS é bom lembrá-lo, o PS respondeu então: «Não insista, não vale a pena. Nós não somos capazes. Convoque eleições, porque o País está numa situação sem controlo» ou, como eles próprios disseram, à beira do pântano. E foi por isso, pelo tal pântano que eles próprios fizeram, que quando Durão Barroso chegou ao poder, ao abrir uma série de gavetas de assuntos de governação, tivesse encontrado uma série de défices ocultos, que não estavam revelados ao povo português nem às autoridades de Bruxelas.

O desequilíbrio global nas finanças públicas, o esbanjamento que tinham feito numa altura em que a economia europeia e a economia mundial, cresceram a mais de 4% ao ano, nos vários anos da governação deles.

Não aproveitaram estas circunstâncias favoráveis, para a consolidação das contas públicas. Esbanjaram, não disseram a verdade sobre a dimensão do défice. E nos vários aspectos da governação deles a opção foi sempre a mesma.

Estamos a dizer a verdade, cara a cara com os portugueses

Construíam estradas e auto-estradas que, diziam, para os portugueses «Passem à vontade! É sem custos para o utilizador». Esqueceram-se de dizer aos portugueses: «Em 2005 vai aparecer a primeira prestação: mais de 100 milhões de contos; quem estiver no poder, na altura, paga. Agora nós temos é de fazer as estradas, contratar com a banca, estabelecer taxas de juro bem rentáveis para eles, banqueiros; e dizer aos portugueses: passem, que é de borla».

Mas nós estamos a dizer, aqui, nesta região e como sempre foi tradição do nosso partido, estamos a dizer a verdade cara a cara com os portugueses, que conseguimos fazer bem a gestão orçamental, a ponto de poder garantir que aqueles que são destas regiões a quem foi prometido que não pagariam portagens, continuarão isentos de portagem, durante vários anos, até terem alternativas devidamente construídas. Garantimos isso a todos.

Mas não podemos governar com a irresponsabilidade à socialista. E não é à socialista; é à dirigente do PS, porque há muitos socialistas portugueses que não concordam com isto. Ainda hoje ouvi pessoas do sector do Partido Socialista



E o que é que eles fizeram? Foi simples: foi confiar e tentar acreditar que o tempo apaga as recordações. E então, nessa altura, disseram: «Sr. Presidente da República, não somos capazes de continuar a governar.» E saíram.

Então o ex-Primeiro-Ministro, eng. Guterres, fazer conferências pelo mundo fora. Durante anos disse: «Eu não quero falar sobre a política nacional». Quando vinha cá e lhe perguntavam dizia: «Não, não. Não de compreender que eu não falo. Afastei-me completamente da vida política; não quero falar». Fazia uma conferência na Austrália, outra em África ou na América e dizia que não falava de política. E agora, quando nós fizemos a maior parte do trabalho, o trabalho exigente, o trabalho difícil de pôr na ordem o que eles esbanjaram e o que eles deixaram na desordem, aí vêm eles bater à porta. Não é vento, não é chuva, são eles a dizerem que querem voltar ao poder, agora que a casa está em ordem e nós já fizemos o trabalho mais difícil.

Isto, minhas amigas e meus amigos, não são histórias; são factos. Eles são os mesmos: o cabeça de lista por Faro, João Cravinho; o cabeça de lista pela Guarda, Pina Moura; na lista do Porto, em número dois, Fernando Gomes. Eles são os mesmos.

Em contraste, nós, PPD/PSD temos esta capacidade de combinar aqueles que têm anos de serviço à causa pública, com a renovação que é necessária em todas as instituições, em todas as empresas em todos os grupos de trabalho.

Trazer-se gente nova na sua experiência política que vem da vida privada com outros que estão na vida pública. É dessa combinação, é desse equilíbrio que fazemos uma as nossas forças. Eles não. Eles são os mesmos.

É impressionante! Aquilo é uma casa fechada. Parece que não tem portas nem de saída nem de entrada. Quando muito, cabe um, na porta de saída: foi o Eng.º Guterres; mas ele aí está de novo, por interposta pessoa, porque esta proposta do Eng.º Sócrates é o governo Guterres, sem Guterres, embora com Guterres cada vez mais dentro e Guterres cada vez mais próximo. É isto que os portugueses têm pela frente.

E é por isso que eu vos digo que a escolha é esta, a escolha é simples. É entre esses que cá estiveram até 2001 e que depois disseram que não eram capazes de continuar a governar Portugal e entre nós.

E nós, os portugueses sabem bem quem somos. Também os conhecem a eles, por muito que agora venham disfarçar e dizer que vão governar com o choque tecnológico. Nós somos os do governo Durão Barroso e do meu governo. Que tomou muitas decisões — vamos dar-vos um exemplo — que eles tentaram esconder. Que tentam esconder mas que tem resultados concretos.

Só o exemplo de 2004: as alterações na legislação dos impostos do governo Durão Barroso levaram a que, na cobrança fiscal deste ano que passou, no IRC a receita tivesse subido 20%.

As receitas das contribuições das transferências para as autarquias, na generalidade dos casos, vão poder aumentar 19% a 20%. E apesar de termos baixado significativamente a taxa do imposto do património, a taxa da SISA, o tal imposto mais estúpido do mundo, de que António Guterres falava, falava, mas que nunca conseguiu extinguir.

O que é que eles fizeram? Que obra? De que decisão é que nos lembramos?

Fomos nós que tomámos todas essas medidas e as levámos a cabo. Como levámos a cabo a abolição do imposto sucessório; eles enchem a boca com os mais necessitados, eles falam muito do Rendimento Mínimo Garantido, mas mas, quando chegam ao



poder, olham sempre para o Rendimento Máximo garantido de quem tem muitos e bons proveitos. Quando chegam ao poder, alguma vez praticaram a política dos genéricos para os mais carenciados terem acesso a medicamentos mais acessíveis à sua bolsa, aos seus rendimentos? Não, não o fizeram, fomos nós.

E fomos nós que (apesar de termos tido este tempo de governação muito limitado), pela exigência do desnorte em que eles deixaram as contas públicas, tomámos todas essas medidas. Mesmo na área do Ambiente, que esteve a cargo do Eng.º José Sócrates, quando tinha essa pasta.

O resultado final do governo Socialista foi que as leis de ordenamento do território, na dependência do poder central, nenhuma das grandes leis estruturantes do ordenamento do território foram feitas e postas em prática. Foi agora realizado o cumprimento do protocolo que respeita a tanta juventude que aqui está, a todos, às futuras gerações. Fizeram a pior negociação dos vinte e cinco estados membros da EU em 97. Fomos nós que tomámos agora as decisões para levar à redução da emissão de gases, de dióxido de carbono, para que Portugal passe a ter uma ambiente que mais defenda a saúde,

que mais defenda os nossos recursos naturais.

O que é que eles fizeram? Que obra? De que decisão é que nos lembramos?

Por isso mesmo é que eu digo que a decisão é fácil: quem quiser o crescimento da economia em Portugal, a melhoria no aumento da produtividade, quem quer confiança, quem quer que os operários e os trabalhadores se sintam estimulados, será que pode ter um Governo do PS com o Bloco de Esquerda ou com o PCP?

É que no voto (como eu tenho dito por todo o País), não é possível voltar às assembleias eleitorais, bater à porta e dizer: «Eu peço desculpa... eu gostava de votar outra vez... eu naquele dia estava zangado, estava farto da política, não gosto dos governos quando eles lá estão, mas agora esta gente? Durante quatro anos com o País nas mãos? Não se importa de abrir a secção de voto outra vez, que eu gostava de mudar o meu voto?»

Não é possível! É no dia 20 de Fevereiro que os portugueses têm de dizer o que querem para o seu País, nos próximos quatro anos.

É o que já foi aqui dito por Alberto João Jardim. Não são figuras de retórica. Não é por acaso, que alguns poderosos, que têm a mania que mandam mais que o povo (como tenho dito por todo o País),

olham para o voto de quatro em quatro anos, como quem diz «Votem lá. Fique quem ficar no poder, nós cá continuamos a tomar conta disto e as nossas posições continuam intocáveis...».

Eles perceberam uma coisa muito simples: o PPD/PSD aposta na iniciativa privada, gosta muito e estimula os empresários criadores de riqueza, cumpridores das suas obrigações, pois somos um Partido da gente que sobe a vida a pulso - como dissemos durante toda a nossa História - e gostamos dos empreendedores, de quem realiza, de quem cria riqueza. Mas atenção! Quem tem muito, tem de contribuir mais do que aqueles que não o podem fazer.

É por isso, que me orgulho de ter sido o primeiro PM a dizer à Banca portuguesa: «...são muito importantes, são fundamentais para a economia nacional...», é um sector que queremos ver fortalecido, robustecido, mas em matéria fiscal tem que haver equidade, e portanto, vão já neste ano, pagar mais do dobro do que pagavam de impostos até aqui, para haver mais dinheiro para aqueles que menos têm.

É por isto que eu peço - agora falando especialmente através da comunicação social - , hoje que estamos a abrir a campanha , que transmitam o que eu vou dizer pelo País ao longo destes 15 dias, e é simples, talvez repetitivo, mas importante para Portugal e para os portugueses.

O governo do PPD/PSD vai reduzir o peso do Estado. Vai reduzir o peso da despesa pública até aos 40% do PIB. Reduzir o peso da Administração Pública, sem despedir funcionários públicos, reduzindo nos custos de funcionamento, poupando nas compras, nas aquisições.

Nós, de verdade, é que fazemos o que eles diziam. As pessoas estão primeiro e sabemos fazer reformas sem atingir os direitos das pessoas. Conosco, na linha da agenda de Lisboa e do que está proposto por Durão Barroso, como Presidente da Comissão Europeia, não é à fiscalidade directa que queremos ir buscar receitas. A fiscalidade que pesa sobre as famílias, vamos tentar torná-la cada vez mais justa, continuar o caminho de baixa das taxas e de ajustamento dos escalões do IRS.

Na segunda metade da legislatura, se tivermos folga para isso — e eu estou convencido que teremos — baixar o IRC e não aumentar a taxa do IVA; se possível, torná-lo mais competitivo para alguns sectores em que isso se torne especialmente necessário. Os impostos que se portaram pior este ano na receita acumulada foram os do tabaco e do álcool. E nessa fiscalidade indirecta, nós poderemos



agir.

E agora, olhos nos olhos com os portugueses, eu quero dizer: «Eu não tenho razão nenhuma para ser surpreendido quando voltar a tomar posse, como Primeiro-Ministro. Durão Barroso entrou de novo e não sabia o estado em que o PS tinha deixado as contas públicas. Teve que haver um inquérito. Mas eu sei o que se passa nas finanças públicas em Portugal. Demonstrei ainda no debate de 5ª feira, quem conhece e quem não conhece os dossiers, quem conhece e quem não conhece os assuntos da governação.

Iremos, com justiça, buscar a que mais tem, para dar, com justiça, aos que menos têm

E quero dizer aos portugueses e às portuguesas e isso repetirei durante toda a campanha - que a nossa política não é de hoje, não é hoje considerarmos e acorrermos aos que vivem nos limiares de pobreza. Prossequiremos, com coerência, a convergência das pensões mínimas do regime contributivo e não contributivo, com o salário mínimo nacional. Aumentámos este ano a pensão dos reformados em 5,5%; a pensão mínima do regime não contributivo, em 6%, e faremos tudo o que pudermos para ir buscando dinheiro àqueles que mais têm, com sentido de equidade e de equilíbrio, para darmos e distribuímos, com justiça, por aqueles que menos têm.

Aos verdadeiros socialistas que ainda não descobriram (apesar de o PS já ter estado várias

vezes no poder), o que é Socialismo, porque estes ditos socialistas, quando lá chegam preocupam-se é com as privatizações... pedimos que votem em nós, que nos apoiem, porque somos nós que vamos bater o pé a quem mais tem, para dar mais a quem menos tem e mais precisa. É conosco que devem estar.

E quero dizer àqueles que estão desempregados: fizemos este ano e apostamos para 2005, em 65.000 estágios de formação contínua. Este ano o Eng.º Sócrates veio propor 1.000. Nós temos, nos sectores mais sofisticados, mais avançados, tivemos este ano, entre os licenciados, 11.000 e ao todo 17.000, para estágios de formação profissionalizada, acelerada e que permita, de facto, uma qualificação desenvolvida das pessoas.

Sabemos que há 74.000 jovens até aos 25 anos que não conseguem encontrar emprego. É por isso que aí o Estado, com o meu governo, vai financiar durante 1,5 ano ou 2 anos, os estágios ou períodos de formação que lhes permitirá ingressar no mercado de trabalho e pagar às empresas para os acolher nesse primeiro tempo da sua vida profissional.

Por isso que vos digo estas palavras, dia 20 de Fevereiro: estou convencido que o povo português vai fazer justiça.

Saúdo o PPM, o MPT, que estão conosco nas nossas listas e que integram as nossas candidaturas à Assembleia da República.

Queria dizer, porque já me chegaram alguns comentários feitos àquilo a que chamaram “o duelo”, feito aqui hoje, em Castelo Branco, em que disseram que sem dúvida, ninguém pôde esconder o peso, a força e a comparação da nossa mobilização com a do PS. E já se começaram a aventar aquelas explicações (como foi quanto ao julgamento do meu debate com o Eng.º Sócrates), dizendo que hoje em dia é fácil, às máquinas partidárias fazerem aquelas grandes mobilizações. É fácil. Mas é mais fácil para uns do que para outros. Por isso é que nós temos mais gente do que eles. Muito mais gente do que eles.

E quero-vos dar uma garantia. Nós carregámos pouco no acelerador da máquina laranja; e estou a dizer que assim é, e assim será demonstrado ao longo da campanha...Nós, o Secretário-Geral, os responsáveis pela organização, quando eu perguntava como é que estava Castelo Branco, diziam: «Vai estar bem, vai estar bom. Não carregámos a fundo no acelerador, não nos pusemos com organizações sofisticadas...». E realmente são todos vós, que aqui quiseram estar, a dizer a esses que gostam de anunciar vitórias antes de tempo, nós estamos aqui todos a dizer-lhes que compreendemos que hoje fiquem nervosos, fiquem preocupados, mas a vida é assim. Quem se precipita aprende a tirar lições da vida e vai ver qual é o





resultado final.

Vamos demonstrar, dia 20 de Fevereiro, que é o povo, de facto, quem mais ordena. Vamos dizer, dia 20 de Fevereiro, que não “foi bonito pá” — para usar aquele termo do Chico Buarque — não foi bonito aquilo que fizeram aqui em Portugal, no ano passado. Não foi bonito, como exemplo de Portugal ao Mundo, mostrar que Portugal é uma democracia, onde havia uma maioria sólida, estável e coerente e foi dissolvida para se ir para eleições. E vamos lá, no dia 20.

Eu quero pedir àqueles que não costumam votar, aos abstencionistas, hoje, no 1º dia de campanha, pedir e dizer bem claro, que quem nos vai dar a vitória dia 20, são os que costumam votar, aqueles que já estão decididos a votar por nós com alguns que ainda estão indecisos mas já estão mais próximos de nós, e muitos, muitos que não costumam votar e desta vez vão fazê-lo.

Há dias, em Portalegre, o Presidente da Câmara, num jantar - que como ele afirmou, não tem precedentes na história do nosso Partido, nem naquele Distrito - dizia-me: «Estão aqui pessoas que eu pensava que não queriam saber da política para nada, para além de pessoas de outros partidos. Só assim. Está a ver aquela mesa?» dizia ele «São pessoas que eu nunca vi em nenhuma manifestação política». E são esses os abstencionistas, os que estão fartos da velha política. Os que sabem que conosco eles têm razões para estar preocupados, porque isto vai mesmo dar certo. E é por isso que eles só nos deram quatro meses. Dêem-nos quatro anos e vão ver como é que eles vão ficar! A sério. Convencidos que isto é mesmo a sério.

E quero pedir a quem votou em nós em 2002, que utilize a tal virtude, o tal sentido de justiça; e pense que é justo que volte a votar em nós outra vez. Porque nós fizemos a tal parte do trabalho mais difícil. Durão Barroso fê-lo com coragem. Temos resultados bons. O País não está perfeito. Não há países perfeitos. Está um bocadinho melhor que há um ano ou dois? Penso que está! Vejam, por exemplo, os números das vendas dos carros em Janeiro, que aumentaram significativamente, apesar de termos os carros mais caros de toda a região em que nos inserimos. E com o nosso Governo, durante esta legislatura, vamos acabar com esse imposto automóvel, já desde o início e

pôr esses bens de consumo ao nível dos outros países da Europa.

Vamos, com justiça, de Norte a Sul, do continente às regiões autónomas, vamos mobilizar-nos e fazer o PPD/PSD ganhar as próximas

exemplo, ir para o Pavilhão dos Desportos!»

Ainda há três anos e há dois anos, nas autárquicas e nas legislativas, fomos ao Pavilhão e enchemos, em Lisboa. Como enchemos este pavilhão aqui em Castelo Branco, como vamos



eleições.

A escolha é simples: ou PS com Bloco de Esquerda (e então, teríamos quatro anos de um certo tipo de folclore político muito interessante, mas poucas decisões significativas para o crescimento e enriquecimento de Portugal), ou então um governo liderado pelo PPD/PSD.

E no fim deste comício, eu quero dizer a todos, porque há pouco também já se ouvia, «...o comício do PPD/PSD em Castelo Branco é fantástico.»

Mas ontem, falavam do nosso parceiro de coligação, também foi bom, no Palácio de Cristal. E o do PS, não foi mau de todo. Mostrem as bancadas todas de todos os pavilhões. Porque diziam «...hoje em dia, já quase ninguém arrisca, por

encher muitos mais pavilhões e praças pelo país fora, durante esta campanha!

Eles que metam isto na cabeça. Eu disse, no dia em que o Sr. Presidente da República me anunciou a dissolução da Assembleia, à saída do Palácio de Belém: «Discordo profundamente, respeito a decisão, e quero declarar hoje aqui, no Palácio de Belém, que a seguir às eleições legislativas, voltarei a entrar por esta mesma porta como Primeiro-Ministro». E volto a afirmá-lo hoje, aqui mesmo: Assim será!

Viva Castelo Branco! Viva a JSD! Viva o PPM! Viva o Movimento do Partido da Terra! Viva o PPD/PSD! Viva Portugal! Viva Portugal! Viva Portugal!



No único debate que o PS aceitou Santana Lopes venceu claramente com confiança no resultado eleitoral



No dia 3 de Fevereiro, à beira do arranque oficial da campanha eleitoral para as legislativas, a SIC, o Clube dos Jornalistas e a 2: realizaram o único frente-a-frente entre os líderes do PS e do PSD, José Sócrates e Santana Lopes.

O debate foi moderado por Rodrigo Guedes de Carvalho, com Ricardo Costa, José Gomes Ferreira, jornalistas da SIC, e a editora de política da RDP-Antena 1, Maria Flor Pedroso, como entrevistadores.

Entrou-se em matéria política, com a pergunta de José Gomes Ferreira sobre *“questões económicas, e começo pelos impostos. O Eng. José Sócrates disse que não baixava os impostos. No entanto, muitos economistas, o Dr. Silva Lopes, o Dr. Eduardo Catroga, o Dr. Miguel Beleza, a própria SEDES, presidida pelo Dr. João Salgueiro, e o governador do Banco de Portugal, disseram que não há grande hipótese.*

“Ou se aumentam impostos e, nomeadamente alguns destes economistas, apontaram para impostos indirectos, como o IVA, ou o imposto sobre produtos petrolíferos, ou até um imposto sobre o tabaco, ainda mais do que já aumentou, ou, então, tem que fazer cortes radicais em tudo o que são prestações sociais, educação e saúde.

“Como se resolve este problema, que compromisso se estabelece com os Portugueses, em relação aos impostos de que falámos?”

Na sua vez de falar, Santana Lopes disse que, “Quanto aos Impostos, não os aumento. Já o disse. E é importante ter presente o seguinte: as cobranças dos impostos de 2004 revelam alguns dados curiosos. Isto a propósito do choque fiscal de que falava o Eng. José Sócrates, que o Dr. Durão Barroso prometeu, em 2002. Ele prometeu um choque fiscal, só que, quando chegou ao

poder, ele e o país todo tiveram um **choque de nervos**. Encontraram uma situação que estava absolutamente escondida. Um défice, anunciado no início de 2001, de 1.1%, depois, no final, apresentado como cerca de 3%; e os inquéritos feitos demonstraram que era 4.4%, no inquérito levantado por Bruxelas e confirmado pelo Banco de Portugal.

E houve que seguir o caminho que os Portugueses já conhecem. O que é que acontece? A cobrança de 2004 revela que o imposto que se portou melhor e subiu cerca de 20% foi o IRC. O IRS subiu cerca de 5% e o IVA subiu cerca de 6%. São números significativos, acima do crescimento real. Portanto, acima da inflação e do crescimento da economia. E, por isso, isto significa uma maior eficácia da máquina no combate à evasão fiscal. Significa também que, se calhar, a tal baixa dos 5% do IRC, produz aquilo que alguns defendem para a virtualidade dessa baixa de taxas de impostos, ou seja, a receita acaba por ser

maior. Posso-lhe dar, também aqui, algumas novidades nessa matéria. As cobranças, as transferências para as autarquias, este ano, em relação aos impostos do património, nas quais os nossos governos baixaram as taxas significativamente, nomeadamente o da SISA, vão aumentar cerca de 19%, este ano. Ou seja, a baixa das taxas levou a um aumento da receita. Isto são boas notícias da economia

portuguesa.

E sabe quais foram os impostos que se portaram mal? Os dos chamados vícios. Os impostos do álcool, do tabaco... Tiveram cobranças inferiores à prevista. E portanto, os impostos, estes – IRC, IRS e IVA, que somam no total cerca de 33 mil milhões de euros, cerca de um terço do nosso orçamento (o que, aliás, não chega para pagar as despesas de funcionamento) portaram-se bem.

Dão-me margem para não ter que mexer nos impostos.

Quanto ao IRS, o Eng. José Sócrates disse que é contra a baixa do IRS, mas disse que, se ganhasse as eleições – o que, se Deus quiser, não acontecerá – que mantinha o orçamento de 2005, que era muito mau à partida, mas que depois passou a ser bom e a ser para melhor aplicar, em nome da estabilidade. E, portanto, não mexo no IRS nem no IRC, mas na segunda metade da legislatura, se puder baixá-lo, se a economia continuar neste caminho, então, terei margem para baixar o IRC.

Sobre o sigilo fiscal – em resposta a uma solicitação do moderador – afirmou que iria “aprofundar as normas que regem o acesso a contas bancárias e que, aliás, já constam do nosso orçamento de 2005, que permite, e por vezes, como está no orçamento de 2005, mesmo sem aviso aos que estão indiciados, por suspeitas de infracção, ir às respectivas contas e ver as respectivas responsabilidades fiscais.

Isto foi uma norma que causou algum temor, mas é necessário. Nós temos cerca de 20 mil milhões de euros pendentes de cobrança, nos tribunais fiscais. Por isso criámos mais 50 juízos, mais 130 funcionários, para esses tribunais especializados, porque é muito importante conseguirmos essa cobrança da receita.

Quanto ao que diz o Eng. José Sócrates, que estou aqui a responder pelos três anos de Governo, sem dúvida nenhuma! Oxalá ele esteja a responder também pelos anos de Governo em que foi Ministro. Afirmou que Durão Barroso sabia o nível do défice. Bem, mas houve inquéritos, até de Bruxelas, que verificaram a falsidade dos números apresentados até aí. E de certeza Durão Barroso não sabia dos défices ocultos, de milhões e milhões, nem sabia que a despesa corrente cresceu, na altura, a 10% ao ano.

Não se conhecia o desregramento da despesa, os défices ocultos, como os do Serviço Nacional de Saúde, de mais de mil milhões de euros por ano. Esses défices, ora eram lançados na dívida Pública ora não eram. E foi tudo isto somado que levou à impossibilidade do choque fiscal.



A questão seguinte foi a do aumento de pensões e tratamento dos portugueses que estão no limiar da pobreza. E a pergunta foi: Dr. Santana Lopes, qual é o seu compromisso? Continua a achar que as pensões mínimas devem ser equiparadas ao salário mínimo, mesmo sabendo, como sabe, que isso é praticamente inimportável também do ponto de vista financeiro?

Não é completamente inimportável. Temos vindo a caminhar nesse sentido e eu sei que o caminho é possível. Agora, chegar lá, como sabe... é só fazer as contas e temo-las feito. E este ano aumentámos o esforço do Orçamento de Estado, que foi um esforço significativo, mais 367 milhões de euros, para dar um número certo. Ou seja, nós aumentámos as pensões. E quais foram as pensões que aumentámos mais? As pensões de valor mais reduzido, as pensões dos rurais, que



«Rendimento máximo garantido» para alguns que ficam contentes quando o PS alcança o Poder

aumentaram cerca de 5% desde o regime não contributivo, aqueles que não descontaram ao longo da vida, que aumentámos cerca de 6%.

Portanto, o processo de aproximação do salário mínimo nacional, (que foi alterado para 364 euros), tem seguido o seu caminho ao longo destes anos. Agora, diz-se que é pouco. Não é pouco, até porque o Partido Socialista definiu o limiar de pobreza em 300 euros, mas nós queremos fazer subir a maior parte das pensões acima desse limiar. O Partido Socialista, quando apresenta programas de governo, tem sempre esta preocupação, demonstrar que tem uma profunda preocupação social, sentimento social, com medidas para aqueles que são os mais pobres de todos, como foi o rendimento mínimo garantido.

E fez isso, em vez de agir activamente, procurar trazê-los para o mercado de trabalho, criar confiança, criar investimento, apoiar estágios de formação, fazer a requalificação profissional.

Mas também, alguns capitalistas ficam muito contentes sempre que o Partido Socialista está no poder, porque têm o chamado “rendimento máximo garantido”. Mas os milhões de portugueses que não têm rendimento mínimo nem rendimento máximo, que estão no meio, que vivem do seu ordenado, e que precisam de políticas de crescimento da economia que os levem a desonerar os seus orçamentos familiares, as tais baixas do IRS, a tal baixa no imposto automóvel para que o carro familiar deixe de custar mais do que custa nos outros países europeus. Todas essas desonerações do orçamento familiar são pouco faladas.

O PS só fala naquilo que não depende do Governo, por exemplo, criar 150 mil empregos. Mas quem? É a Administração Pública que os vai criar ou os privados? Então, não é o Estado. Não depende de quem for Primeiro-Ministro.

E quanto aos que vivem no limiar da pobreza, queremos trazê-los para níveis ainda mais compatíveis com os patamares mínimos de dignidade humana, e isso não respeita aos idosos. Quero dizê-lo claramente. Falámos depois nas pensões. São duas questões diferentes. Uma é o do tal limiar da pobreza, outra é a questão dos pensionistas. E nas pensões há, de facto, esse trabalho de convergência com o salário mínimo; depois, há os outros que estão, de facto, em situação precária, em relação aos quais ainda existe um rendimento de inserção. Existe o subsídio de desemprego que é 10% do orçamento da Segurança Social.

A propósito do desemprego, o Partido Socialista gosta muito de falar de onde é que foram os níveis máximos de desemprego. Mas foram em Abril de 96, em período de governação do Partido Socialista.

A pergunta seguinte veio de Maria Flor Pedroso, que lembrou que uma coisa que interessa muito às pessoas é saber qual vai ser o seu aumento salarial. E neste caso, a pergunta é sobre o aumento salarial dos funcionários públicos que, como sabem, é referencial para todos os sectores económicos. A pergunta é esta: se os forem governo, vão aumentar os funcionários públicos para o ano de 2006 (sendo que essa é uma decisão que terá de estar tomada já no orçamento de 2006, que é apresentado em Outubro), e se vão fazer esse aumento de salário, e como é que vão depois compatibilizar isso com o peso dos salários nas contas do Estado. Despedem pessoal ou fecham serviços. Santana Lopes, a essa questão, respondeu:

Falou no peso da Administração Pública na economia portuguesa. Cerca de 15% do PIB, como sabe. Segundo o PS a resposta está em que, nas reformas e saídas, por dois que saíam, só pode ser admitido entra um, como regra.

Eu penso que não é por aí, com toda a franqueza. Como tocou no assunto, mas não o tocou em caminho principal, o que nós precisamos de aumentar é, de facto, a nossa produtividade. Fazer crescer a economia, aumentar o PIB. Como as pessoas compreendem facilmente, se este aumentar, principalmente se aumentar acima da média europeia, o peso da Administração reduz-se.

E qual é o problema? Dos encargos de salários com os trabalhadores da Administração Pública, que são mais de três mil milhões de euros, resultam no

seguinte: nos anos de governação do Partido Socialista, a Administração Pública, que tinha cerca de 450 a 500 mil funcionários, passou para 700 mil funcionários. Portanto, aumentou cerca de 200 mil funcionários. Se tivessem admitido só metade destes, as nossas contas públicas, o problema do défice, em grande parte, estava resolvido. Ou seja, seguiram a via de engordar o Estado. Mas agora que estão no Estado, a minha posição, a minha opção, é não tocar nos postos de trabalho dessas pessoas. É reduzir a despesa. Só a Central de Compras do Estado permitirá reduções altamente significativas,,,. Para já, em 2006, iremos aumentar os funcionários públicos, como este ano são aumentados aqueles que, nos escalões mais altos, não tiveram aumentos nestes dois anos.

Portanto, centralizar as compras, poupar 300 milhões de euros. Racionalizar os fundos financeiros do Estado, mais 150 milhões de euros, outsourcing, concessão de serviços (como as autarquias já fazem), ir tentar poupar mais 150 milhões de euros. Total 600 milhões de Euros!

Poupar no funcionamento, fazer crescer o produto para diminuir o peso da Administração, pois o nosso objectivo é fazer reduzir o peso da Administração Pública na economia portuguesa de 15% a 11%, durante esta legislatura, que vai até ao final da década. Esta a nossa meta é algo que depende de nós.

Isto é um indicador de gestão quantificado, ou seja, não é como dizer “vão-se criar 150 mil empregos”. É responsabilidade do Estado, é a responsabilidade do Governo, por isso, eu posso assinar perante os Portugueses esse compromisso neste contrato com os



Portugueses que apresentei há dias.

O que é preciso fazer na Administração Pública é requalificação. A Administração Pública tem falta de algumas classes profissionais. Dou-lhe um exemplo a nível da administração local: engenheiros; há arquitectos, faltam engenheiros. Portanto, não pode ser feita essa regra quase cega “Saem dois, pode entrar um.”

Porque é muito difícil de fazer essa gestão. Nós temos é que formar, requalificar. Hoje em dia, há centenas de milhares de funcionários em formação contínua. E é isso que é importante. Apostar nas pessoas e não reformar a Administração, tirando as pessoas.

O moderador e José Gomes Ferreira inquiriram sobre até quando vão ter de trabalhar os Portugueses também querem saber quanto é vão receber, depois, na altura das reformas. “E a pergunta é: os portugueses vão trabalhar até mais tarde? E digo isto porque há estudos feitos que apontam que se a idade da reforma passar de 65 para 68, consegue-se adiar em 15 anos o aparecimento do desequilíbrio do sistema da Segurança Social.” O Presidente do PPD/PSD respondeu:

É um facto. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: acho que é um princípio elementar, não tocar nos direitos adquiridos. Nós temos aí um problema de sustentabilidade do sistema de Segurança Social. Aqui há anos, dizia-se: “É bom as pessoas reformarem-se mais cedo. É bom para diminuir o peso dos encargos públicos. É bom que isso aconteça.”

Pois, agora, mudou. E o grande problema com que as economias europeias estão a defrontar, um dos grandes problemas é o da sustentabilidade do sistema de Segurança Social. Ainda por cima, em países onde a taxa de natalidade é baixíssima, como é o caso da Península Ibérica.

Em Portugal, temos a mais baixa taxa de natalidade de toda a região onde nos inserimos: 1.3, e a Espanha, 1.4. E portanto, temos um rácio entre quem é activo e quem é reformado, que é muito desfavorável. Assim, o financiamento de quem chega à idade de aposentação, cada vez mais se desequilibra, um desequilíbrio grande a que nós temos de acorrer.

Mas não podemos tocar nos direitos dos mais antigos, mas propomos que quem tenha mais de 35 anos, porque está numa fase distante ainda da aposentação, terá a idade de reforma, na Administração Pública, mais tarde, aos 65 anos. Mas, mesmo com mais de 35 anos, tendo embora a reforma garantida nos moldes

As economias europeias estão a defrontar o problema da sustentabilidade da Segurança Social



Vai ser a cláusula de salvaguarda?

Vamos ver. É uma hipótese. Sozinhos, não o podemos fazer. Só no âmbito da União Europeia. Nos Estados Unidos, como sabe, também a progressão das importações de têxteis do Oriente, foi até aos 65% do consumo. A Turquia já accionou a cláusula de salvaguarda. Nós estamos a bater por uma solução justa, pela defesa dos interesses desse sector, e as Associações reconheceram-no ontem, em declarações públicas,

O acordo que foi assinado em 95 previa dez anos de diferimento e assim, entrou em vigor em Janeiro de 2005, na OMC. Mas como se sabe, a China só aderiu em 2001.

Mas em relação ao emprego: há 74 mil jovens desempregados, até aos 25 anos. Esse é um problema grande para nós e por isso pomos aí uma despesa que é uma boa despesa do Estado: pagar os estágios, os períodos de inserção e formação profissional dos jovens desempregados ou dos desempregados qualificados, no máximo até 75%.

Ouvimos que os 150 mil novos postos de trabalho não dependem do Governo ou do Estado. Dependem de correr bem para os privados e de correr bem para a Economia. Isso é para todos. Não é o objectivo só de um. E a Economia portuguesa é fortemente dependente. Depende muito do ritmo de crescimento da Economia europeia, da Economia mundial.

Mas a propósito dos tais mil estágios profissionais que o Eng. Sócrates afirma ir criar para o ano e afinal já são 15 mil e afinal já são mil por ano... Sabe quantos houve este ano? Foram 17 mil dos quais 11 mil licenciados. E o senhor (Sócrates) ontem falou em mil estágios como se fosse algo muito importante.

Nós criamos 17 mil, dos quais 11 mil licenciados. E também há a questão do desemprego qualificado. Fora a questão do desemprego, que é endémica em algumas regiões, como o Vale do Ave e outras, em relação às quais aprovámos programas integrados de apoio à requalificação profissional, no ambiente, no artesanato, na gestão, na informática, e estímulos à reconversão das empresas. Portanto, são novos desafios que vamos enfrentar...

Na segunda parte, a primeira pergunta coube a Maria Flor Pedroso que questionou Sócrates sobre a insistência na co-incineração e perguntou-lhe se, em face do novo modelo que o Governo escolheu para a eliminação de resíduos sólidos perigosos e que tem o apoio dos ambientalistas, achava que, nesta altura, é uma para ele manter a co-incineração, voltar atrás, perder tempo e perder dinheiro.

Sócrates afirmou que o problema não foi resolvido e que considerava a decisão do actual governo, das mais irresponsáveis, ao deitar fora a co-incineração e deixar o país sem solução e que “para resolver o problema daqueles resíduos a melhor solução é, de facto, a co-incineração. Aliás, isso é visível /.../ e não me deixo intimidar. Eu sei qual é a melhor solução para os resíduos [a co-incineração]. E a melhor solução é aquela que o Governo – naturalmente, se o Partido Socialista ganhar as eleições – irá aplicar.”

Ricardo Costa perguntou em seguida a Santana Lopes: “um Governo de Gestão

actuais, poderá optar por trabalhar até mais tarde, o que é bom para o Estado e para a comunidade em geral e penso que também é bom para a própria pessoa, se o trabalho não for muito duro. Se optar por manter a idade de reforma nos padrões vigentes, pode fazê-lo,

Esta a nossa posição.

Depois, existe a questão do “plafonamento”, existe a questão da capitalização, a questão dos vários pilares da Segurança Social. A nossa posição é que ninguém pode ser – e aqui também a proposta do Partido Socialista penso que é pouco clara, por aquilo que pudemos entender – penso que ninguém pode ser prejudicado nos direitos que tem. Em relação aos descontos que fez, em relação aos vencimentos que tem, penso que ninguém pode, depois, receber uma reforma abaixo da expectativa que teve em toda a sua vida.

Só um esclarecimento. Falámos da idade de reforma na função pública, mas eu pergunto-lhe em relação à Segurança Social, em geral: o aumento de 65 para mais anos?

Temos que aumentar o sistema geral, em princípio para os 68 anos. Diz-me que isso adia o problema por 15 anos, mas neste momento, em toda a União Europeia, a grande questão é como resolver o problema da Segurança Social. Se nós conseguirmos não adiar o problema, mas aumentar, garantir a sustentabilidade do sistema mais dez anos e fazendo as reformas necessárias, nomeadamente, a reconversão da pirâmide etária com estímulos à natalidade, ao desenvolvimento demográfico das populações e das comunidades, julgo que este desequilíbrio estrutural se vai atenuar e teremos a resposta. Aumentar a idade da reforma, sim, porque a média de vida aumentou muito. Antes, o Estado financiava a aposentação só cinco anos, em média. Agora, tem de financiar quinze anos.

Falou-se em seguida da criação de postos de trabalho e Sócrates fugiu do número avançado, de 150 mil, afirmando que “estava nos cartazes, mas era um objectivo, que dependia do crescimento da economia. E dirigindo-se a Santana Lopes, disse: ”Dr. Santana Lopes, o seu nome não estabelece este compromisso de criar 150 mil postos de trabalho. Tinha os números de 65 mil no orçamento e agora no seu manifesto eleitoral, vem falar da integração de 75 mil jovens no mercado de trabalho, com o Estado a pagar boa parte, até 75% dos dois primeiros anos de trabalho. Vai gastar bastante dinheiro com isso, mas eu acrescento à pergunta que lhe faço, esta dúvida: como é que vai contrariar a perda de 75 mil postos de trabalho na indústria têxtil, que entretanto vão aparecer, e que está previsto, nomeadamente, com a abertura comercial aos Países do Leste”

São muitas perguntas numa só! Mas não fujo à questão. Recebi ontem a Associação dos Presidentes das Associações Têxteis de Vestuário e de Confecção. Estamos a preparar medidas. Estamos na liderança, em Bruxelas, na União Europeia, do processo de salvaguarda dos interesses da Economia portuguesa, e da Economia europeia em geral.





Com imediato apoio popular e o aplauso dos ambientalistas resolvemos o problema dos resíduos

tem legitimidade para fechar um concurso nesta área, quando sabe que o Partido Socialista está contra? O que pode acontecer, se o Partido Socialista for Governo, é que vai ter que indemnizar, agora, os consórcios que ganharam este concurso. Isto não faz sentido nenhum. É o mesmo que pegarmos em dinheiro e atirá-lo pela janela fora”.

Não, de forma nenhuma. Isto vem na sequência de um trabalho desenvolvido há muito tempo. Eu posso dizer, num exemplo comparado: o Governo do Eng. Guterres, de que fazia parte do Eng. Sócrates, tinha lançado o concurso da rede de transportes do Sul, da margem Sul do Tejo, e fez a respectiva adjudicação depois das eleições de Março de 2002. É a experiência constitucional portuguesa e, portanto, está ao abrigo dos poderes do Governo de Gestão.

E agora estamos a falar de uma posição do Eng. Sócrates, que, mesmo que conseguisse chegar ao Governo, é uma posição recusada pelas populações. É uma posição recusada pela generalidade da comunidade portuguesa, pelas associações ambientalistas, que defendem a opção que foi tomada pelo Governo.

Quando este Ministro do Ambiente, o ministro do meu Governo, entrou, foi criticado pelo PS, disse-se que era próximo dos “lobbies” e disto e daquilo. Mas ele teve uma acção exemplar. Tomou uma série de medidas, com o Secretário de Estado Moreira da Silva, que traduzem uma verdadeira política do ambiente, nas deliberações tomadas em relação ao cumprimento do Protocolo de Quioto, e encontrou uma situação em que já estávamos acima, agora, dos compromissos que tínhamos estabelecido como patamar para 2010, que não podíamos ultrapassar e assim tivemos de tomar medidas contra a emissão de dióxido de carbono, para baixar a níveis que nos façam respeitar os compromissos que assumimos nessa negociação.

Este sistema, que faz o reaproveitamento, a reclassificação dos resíduos, e que se limita a uma pequena margem dos resíduos sólidos perigosos em relação aos quais podemos tratá-los, neste sistema, em Portugal ou fora dele.

O que preconiza o Eng. Sócrates julgo que não se adequa. Há um país que em grande parte, em grande dimensão, vive do turismo, que tem uma preocupação grande na valorização e na defesa dos seus recursos naturais, do seu equilíbrio ambiental; e o Eng. Sócrates continua a apostar numa solução, que não é consensual.

Antes do Eng. Sócrates ser Ministro do Ambiente, houve a solução da incineração dedicada, num município como Estarreja, que até era do Partido Socialista, e que estava aceite quase consensualmente. O Eng. Sócrates – desculpe dizer – com obstinação, teima na co-incineração. Nós resolvemos com o apoio dos ambientalistas. E quando há apoio a uma solução defendida pelos técnicos, defendida, pelos ambientalistas, apoiada pelas populações, ele quer vir mudar tudo! Aí, o erro seria do Partido Socialista, se quisesse mudar o que está bem!

O Eng. Sócrates esteve anos no Ministério do Ambiente, por que é que não concretizou a sua solução?

Acho que é um erro não querer aprender com o que se passou e voltar a insistir numa solução que, de facto, não foi acolhida nem pelas associações do sector, nem pelas populações. Eu acho que é, de facto, uma atitude que revela um pouco o que é a atitude, hoje em dia, deste Partido Socialista: a generalidade das soluções que propõe e defende é quase igual às nossas, no Orçamento, Código de trabalho, numa série de matérias, em que diz que mantém, no essencial, as orientações havidas. E no que é diferente, insiste naquilo que não deve insistir.

E olhe, a propósito de cartazes, é como dizer “vamos pôr o Inglês no Ensino Básico”. Já lá está!

Novamente Maria Flor Pedrosa: Dr. Pedro Santana Lopes, já disse que não ia tomar nenhuma iniciativa no que diz respeito à interrupção voluntária da gravidez, no sentido de fazer um referendo. Já disse que, sobre esse assunto, daria liberdade de voto aos deputados do PSD. Só que, muito recentemente, há poucos dias, levantou questões de ordem social e falou em possíveis referendos. Eu gostava que concretizasse. Pensa fazer referendos sobre outras matérias?

Eu penso que alterações em matérias importantes, renovando-se a estrutura social, só devem ser decididas por referendo. Por exemplo, na interrupção voluntária da gravidez. Voltar a mudar a lei, só por referendo.

Em relação a outras matérias como também já ouvi, penso, ao Sr. Eng. Sócrates, dizer o mesmo. Se estou a cometer um lapso, peço desculpa. Mas penso que já ouvi dizer isso.



Nós dissemos na anterior legislatura que em princípio, não vamos tomar a iniciativa, mas se houver uma proposta de referendo na legislatura seguinte, nós honramos o nosso compromisso de a viabilizar.

Mas o senhor falou de eutanásia, de casamentos homossexuais, de clonagem. Está a pensar fazer referendos sobre essas matérias?

Não, mas essas matérias, mais tarde ou mais cedo, estarão presentes; e para serem decididas, devem sê-lo por referendo. Mais cedo ou mais tarde... Nesta legislatura, mais cedo ou mais tarde, essas matérias estarão em cima da mesa. Ainda esta semana, a visitar uma instituição, em Évora, perguntei a técnicas e investigadoras, de uma determinada área científica, relacionada com as matérias de que estamos a falar, se estavam já a caminho de fazer, de tentar, clonagem. E a questão, um dia destes, pode chegar em relação aos animais. Em Portugal, isso está cada vez mais próximo. É um caminho que o mundo trilha a passos larguíssimos. Estas mudanças na sociedade, penso que não podem ser decididas por um Governo ou uma maioria na Assembleia, sem a consulta ao povo. O mesmo de há pouco, eu que defendo as uniões de facto, o aprofundamento das uniões de facto, entre casais do mesmo sexo ou não, nomeadamente em direitos de herança. Que defendo, em relação à eutanásia, pois há situações absolutamente excepcionais, em que, com a intervenção do médico e a intervenção da família, admito que a actual lei possa ter alterações. Não tenho posições coincidentes com aquelas que são defendidas pela parte mais conservadora da sociedade portuguesa. Nem pouco mais ou menos.

Acho que há... digamos que é complicado uma pessoa poder dispor do direito à vida, mas há situações extremas em que não posso deixar de conceber que isso possa vir a acontecer, quando o sofrimento é extremo...

Portanto, há matérias que estão em cima da mesa, na nossa sociedade. O que aconteceu em Espanha, agora, de facto, com o casamento entre homossexuais, a possibilidade de adopção, de que eu não sou partidário, mas reconheço que é uma matéria muito complicada, a questão de adopção de crianças por homossexuais. Com tanta criança no mundo, que não tem família, é uma questão muito complicada, em que não podemos ser dogmáticos, mas temos de ter princípios, valores dos quais não nos desviamos: dizer o que pensamos, mas não esconder aquilo em que também não temos certezas, deixarmos os processos evoluírem, e na maturação do debate, apurar conclusões e decidir.

Dr. Pedro Santana Lopes, qual é para si o limiar mínimo para se manter na liderança do Partido ou, por outras palavras, se o PSD perder as eleições, assume e tira ilações e abandona a liderança do Partido?

Deixe-me só fazer uma nota prévia. As questões referidas anteriormente, nem todas dependem de Governos. Resultam das mutações tecnológicas. Há umas

Governar é tomar as decisões difíceis. É ter sentido de responsabilidade. É ter o verdadeiro sentido de Estado

sobre as quais eu já disse a minha posição e não mudei, em seis meses. Uma posição num dia e outra posição noutra. Portanto, gostava de fazer esta nota prévia. A minha posição é: vitória é ganhar as eleições. A derrota é não as ganhar. Vitória é ganhar as eleições, é o que eu quero. E já disse que, não tendo maioria, como estou convencido que vou ter (com a decisão dos indecisos, até ao período das eleições), mas não havendo maioria absoluta cada um de nós tem de dizer com quem governa.

Esta oratória do Partido Socialista, no sentido da maioria absoluta, que já tentou várias vezes no passado com o Eng. Guterres, e que sabemos que não

se concretizou, tem fundamentalmente uma razão: evitar ter de dizer com quem então se coliga, uma vez que não pode ser connosco ou com o CDS/PP, se porventura ganhasse as eleições.

É para não dizer, como se ouve pelas declarações do Dr. Louçã, que a solução estava e estaria no Bloco de Esquerda. E a questão que está presente perante os Portugueses é esta: é olhar para o Eng. Cravinho em Faro, o Dr. Pina Moura na Guarda, o Dr. Fernando Gomes no Porto com o ex-Ministro da Economia Braga da Cruz, o Dr. Jaime Gama, o Dr. Jorge Coelho, que foram, com o Eng. Sócrates, o Governo do Eng. Guterres.

Isto é o Governo do Eng. Guterres sem o Eng. Guterres, com o Eng. Sócrates candidato à chefia.

Pode haver quem goste ou não goste dos resultados desse Governo, mas eu tenho aqui a frase que o Eng. Guterres disse na noite das eleições: “Vou-me embora para tentar evitar que o país caia no pântano.” É o mesmo grupo que, a meio desta legislatura (porque, como sabe, o país teve a dissolução da Assembleia da República), quando acabámos a parte mais difícil do trabalho, (por força dos resultados de governação que o Partido Socialista tinha deixado), é o mesmo grupo de pessoas que, agora, quer voltar, dois anos depois, depois de a economia ter voltado a crescer, de as contas públicas estarem em ordem, de estar levantado o procedimento de Bruxelas. Agora querem voltar... Pode haver quem goste.

Nós renovámos. Eu tenho o meu número dois do Governo que fez parte do Governo de Cavaco Silva e do Governo de Sá Carneiro. Mas a quase totalidade dos membros do Governo são outros, são novos. Falou-se muito nas listas do PSD. A generalidade dos meus cabeças de lista é nova.

A equipa do Partido Socialista é a mesma, e agora quer voltar...

Eu quero deixar claro que ninguém atacou o meu Governo pelas decisões que tomou. As SCUTs: o senhor [Sócrates] já disse que no IP3 não se paga. São 500 milhões de euros por ano na primeira factura. Os senhores fizeram as auto-estradas em 99 e disseram “sem custos para o utilizador”, e depois, primeira factura de 2005 é o que se sabe.

A reforma do arrendamento urbano. O orçamento de 2005, que o senhor diz que até aplicava. O código de trabalho que o senhor diz que é bom. Os genéricos. A reforma na legislação do património. O fim do serviço militar obrigatório. A questão do Iraque de que não falámos aqui. Antes era tudo péssimo, agora já vão adoptar, já tudo bom!

O meu Governo, ninguém o atacou por más decisões.

Toda a gente sabe o que é que se passou na vida política portuguesa. E o que está em causa, agora, com a dissolução da Assembleia – como o Partido Socialista tem um novo líder – é que querem voltar para o poder, depois de uma noite, em Dezembro de 2001, terem dito: “Vamos embora que não somos capazes de continuar a governar.”

Agora que o país está melhor, querem voltar. É isto que está em causa, e o Povo fará justiça no dia 20 de Fevereiro.

Declaração final de Pedro Santana Lopes

Eu, há pouco, falei numa declaração de 16 de Dezembro de 2001: “Esta situação só é possível resolver com uma forte relação de confiança entre governantes

e governados. /.../ É meu dever perante Portugal evitar esse pântano político.”

Era de António Guterres que o Eng. Sócrates dizia, há dias, já ter saudades de ouvir.

É isso que eu garanto aos Portugueses que não farei, numa qualquer noite, quando as coisas, porventura, sejam difíceis – porque governar é difícil – dizer que me vou embora porque o país exige soluções difíceis. O país está a recuperar, está a crescer. Como aqui ouvimos do Partido Socialista e o seu líder, não se querem comprometer com nenhuns objectivos que dependam de si próprios. Nós comprometemo-nos a reduzir o peso da despesa pública de 48 para 40 por cento e já nesta legislatura; reduzir o peso da administração pública, poupar no funcionamento do Estado para libertar mais recursos para os que menos têm e mais precisam, como fiz no IRS.



Disse-o no dia da tomada de posse, no programa do Governo, disse-o no dia do Orçamento de Estado, disse sempre o mesmo. E fi-lo e cumpri-o. Como nos aumentos das pensões, como nos aumentos dos funcionários públicos. Comigo, há essa garantia. Os impostos não aumentarão. Baixarão alguns, como os impostos sobre o automóvel, para desonerar o orçamento familiar dos que menos têm e mais precisam. Protegendo os que tem carros movidos a energias alternativas, defendendo o ambiente.

Eu tenho um sonho para Portugal, que estou a concretizar: Portugal tem de estar entre as dez nações mais desenvolvidas da Europa, desta Europa a 25. Nós precisamos, de facto, de uma equipa credível, como foi dito. Quem é credível, não foge. Quem é credível, enfrenta as dificuldades.

Agora, é fácil dizer que as eleições no Iraque foram uma grande lição. Mas difícil foi tomar a decisão, na altura, de ir ajudar o povo Iraquiano. Quando o Primeiro-Ministro do Governo iraquiano pediu, duas vezes, em Setembro, na ONU, e há um mês, em Bruxelas: “Não saiam daqui antes das eleições, para nos ajudarem, porque precisamos de vós.” Ninguém acreditava. Achavam que ia ser o reino do terror, das bombas, e que o povo Iraquiano ficava em casa. E a realidade, mais uma vez, demonstrou que é diferente do que alguns apregoam.

Fácil teria sido dizer “Não decidimos. Adiamos.” Não, governar é tomar as decisões difíceis. É ter um sentido de responsabilidade, sentido de Estado. É negociar, agora, as perspectivas financeiras para 2007, 2013, na Europa. A partir de 2013, Portugal vai ter de viver com os seus próprios recursos. Pensem! Com quem é que é possível criar mais investimento, mais confiança? É com um Governo do Partido Socialista porventura com o Bloco de Esquerda, ou com um Governo liderado pelo PPD-PSD? Os Governos julgam-se em quatro anos, eu fui julgado em quatro meses. Mesmo assim, ninguém põe em causa a competência das decisões que tomámos, a maneira como defendemos os interesses de Portugal no plano externo e no plano interno. É isso que interessa nos Governos.

Não são declarações nas quais as pessoas se comprometem com aquilo que não depende delas. É dizerem, é assinarem perante os Portugueses um contrato, com os Portugueses, para o cumprir, para que fique assinado, e que os Portugueses conheçam quanto aos objectivos essenciais da governação. Não estou aqui, como disse no dia, da minha tomada de posse, para tratar dos poderosos...

Foi comigo que, pela primeira vez, a banca começou a pagar mais do dobro dos impostos, para haver mais dinheiro para aqueles que menos têm e mais precisam. Falar é muito bonito. Mas eu fui o primeiro Primeiro-Ministro que o fez e que soube bater o pé a quem tem poder, para defender aqueles que menos poder têm. É neste sentido de justiça e solidariedade que Portugal tem que caminhar. É nisto que eu acredito.

Criticam-me muitas vezes, por ser optimista. Mas eu sou realista e optimista. Quem está a sofrer, precisa de uma palavra de esperança. Para os desempregados, para os que querem melhores dias, isso só vem com mais investimento e com mais riqueza. E para isso, é preciso confiança, aumentar e melhorar a produtividade. Contem comigo! Eu atrevo-me a dizer “conto convosco”. – **Cortesia do “Expresso”**

O Momento Eleitoral

Santana Lopes almoça com a Confederação de Turismo



No dia 3, a Confederação do Turismo Português (CTP) promoveu um almoço dedicado a um ciclo de conversações com destacados dirigentes políticos, subordinado ao tema “Conversar com o Turismo”, tendo convidado Pedro Santana Lopes e o secretário-geral do PS, José Sócrates. Santana Lopes aceitou o convite, mas José Sócrates não deu qualquer resposta.

No almoço, o líder do PSD afirmou que, caso vença as eleições legislativas de 20 de Fevereiro, vai manter o Ministério do Turismo e admite a tutela conjunta por dois ministérios das áreas de transporte aéreo e aeroportuária.

Pedro Santana Lopes, respondendo a algumas questões dos empresários, acrescentou que não pode garantir a redução do IVA para a área turística e admite alterações à lei do arrendamento comercial.

Com o governo de Santana Lopes, o Turismo teve pela primeira vez um ministério, o que respondeu a um desejo antigo do sector. Após ter assumido a vocação turística de Portugal, “não fazia sentido que mudasse o entendimento sobre o Ministério do Turismo”, disse o candidato a Primeiro-Ministro.

Quanto à proposta do sector de que o transporte aéreo e gestão aeroportuária fiquem no mesmo ministério, Santana Lopes avançou com a hipótese de estas duas áreas serem tuteladas em conjunto pelo Turismo e pelo ministério com a responsabilidade dos Transportes.

“O transporte aéreo não pode deixar de estar no Ministério dos Transportes”, defendeu Santana Lopes.

Quanto à pretensão de descida do IVA para a restauração, de modo a competir com a Espanha, o líder do PSD diz não poder reduzir a receita fiscal e pede ao sector para que aguarde o comportamento da economia.

“Não posso prescindir de receita fiscal a menos que seja indutora de desenvolvimento”, salientou, mostrando-se, no entanto, disponível para receber dos empresários os cálculos a demonstrar o efeito positivo de tal decisão.

O presidente da ARESP (associação da restauração e similares de Portugal) questionou Pedro Santana Lopes acerca das suas intenções sobre a questão fiscal na actividade, caso vença as próximas eleições.

Segundo o representante dos empresários da restauração, em 1996 o IVA desceu de 19 para 12 por cento no sector e “o Estado cobrou mais imposto que no ano anterior”.

Sobre a forma de lutar contra a burocracia, que dificulta a actividade de muitos empresários, principalmente nos licenciamentos de empreendimentos turísticos, Pedro Santana Lopes fala de “fazer vingar



o princípio do diferimento tácito”.

Santana Lopes referiu-se ainda ao crescimento da cobrança fiscal no ano passado, apontando subidas de 20 por cento para o IRC, sete por cento no IRS e nove por cento no IVA.

Ainda no almoço e entrando no assunto das eleições e da política de actualidade, Pedro Santana Lopes desafiou o PS a dizer o que fazia de diferente em relação aos governos de maioria PSD/CDS-PP, sublinhando que nunca ouviu os socialistas a atacarem decisões tomadas pelo seu Governo.

“Gostava de ouvir o PS a dizer o que fazia de diferente do Governo de Durão Barroso e do meu Governo”, disse o presidente do PSD, pois “o Código do Trabalho é para manter, o Orçamento de Estado também. As SCUT mudavam, mas era no sentido de aumentar a despesa. Em relação à Lei das Renditas, o que se ouve é o silêncio. Ouvem alguém atacar as decisões que o meu Governo tomou?”, questionou.

Sublinhando que a equipa apresentada pelos socialistas para as legislativas de 20 de Fevereiro não é nova, pois apresenta as mesmas “pessoas que estiveram no poder entre 1995 e 2001”, o líder social-democrata questionou as diferenças entre as propostas eleitorais do PSD e do PS.

“Qual é o caminho alternativo que esta equipa propõe”, interrogou, acrescentando que gostaria “de ver uma diferença” relativamente às



O Momento Eleitoral

propostas do PSD.

“É o choque tecnológico? Está bem, mas isso vamos todos fazer. O que resta saber é quem vai fazer um choque de gestão”, sustentou.

Confessando estar “sinceramente convencido” que os indecisos vão mudar de opinião até 20 de Fevereiro e irão votar, Santana Lopes alertou para a possibilidade dos portugueses poderem vir a questionar a razão que levou o Presidente da República a dissolver o Parlamento.

“Se a mesma maioria ganhar, os portugueses vão perguntar porque foi a dissolução”, disse, pedindo aos eleitores para, a 20 de Fevereiro, “mostrarem que quem manda é o povo”.

Após o almoço, o presidente da CTP, Atílio Forte, referiu estar satisfeito com o facto de Santana Lopes ter dado resposta às perguntas colocadas, acrescentando esperar que esta intenção tenha reflexo nas leis orgânicas dos dois ministérios: Turismo e Transportes.

Santana Lopes, de volta à Figueira da Foz

O presidente do PSD, Pedro Santana Lopes, afirmou sábado à noite (dia 6) na Figueira da Foz, que a meta do partido é ganhar as eleições de 20 de Fevereiro, recusando ter baixado as expectativas relativamente ao resultado eleitoral.

Em declarações aos jornalistas no final da sessão de autógrafos que se seguiu à apresentação do livro “Figueira - A Minha História”, onde relata os quatro anos de mandato autárquico na Figueira da Foz (1998-2001), Santana Lopes apelou ainda aos indecisos para que dêem o seu voto ao PSD.

“A minha meta é ganhar as eleições, que os indecisos se decidam a nosso favor, e muita gente que ainda está virada para a abstenção venha votar”, disse.

Aludindo a um título de jornal, recusou ter baixado as expectativas acerca do resultado eleitoral.

“Há um órgão de comunicação social que diz que eu baixei as expectativas ou a fasquia. Eu quis deixar claro que não baixei fasquia nenhuma. O meu objectivo é a vitória e disse que se não ganhar as eleições isso será uma derrota, uma derrota mesmo”, frisou, acrescentando que “o único resultado que considero vitória é ganhar as eleições, mais nenhum. Ninguém tem de se preocupar com o que vai acontecer se acontecesse o pior cenário. Acredito que, quando se contarem os votos, o meu partido vai ser o primeiro porque vamos ganhar as eleições”, sustentou.

Pedro Santana Lopes frisou ainda que a campanha eleitoral que há meia-noite desse dia começava “vai ser dura”, acrescentando, no entanto,



que “são as vitórias duras que sabem melhor”.

Disse ainda esperar que a campanha possa proporcionar aos portugueses “o esclarecimento que falta”, de modo a que “muitos possam votar” a 20 de Fevereiro.

“Se mais de 60 por cento votaram numa terra como o Iraque e deram essa grande lição de apego à democracia e liberdade, espero que Portugal possa dar um exemplo também de reforço dos níveis de participação e de diminuição da taxa de abstenção”, sublinhou.

A apresentação do livro sobre o mandato autárquico de Pedro Santana Lopes na Figueira da Foz decorreu no salão de um antigo restaurante e não no espaço da livraria para onde estava agendada, devido à grande afluência de pessoas.

A presença de cerca de 300 pessoas gerou alguma confusão durante a sessão de autógrafos, que se prolongou por cerca de duas horas

Em Celorico da Beira, na Aldeia da Rapa

No dia seguinte, Santana Lopes esteve em Rapa, uma aldeia do Concelho de Celorico da Beira, em que, Guarda, em que foi recebido festivamente, tendo muitos populares feito a deslocação aquela aldeia, vindos de outros lugares vizinhos.

Falando encima de uma carro de bois, perto de um lagar onde foi organizado o almoço (uma “lagareda”, prato típico de batatas com chouriço), Santana Lopes disse que António Guterres (PS) pediu muitas vezes maioria absoluta e não a teve, estando agora a pedi-la para José Sócrates.

“Mas também não a vai ter, porque o povo português vai dar é maioria a nós”, afirmou.

Ainda a propósito Santana Lopes afirmou que no PS não se percebe quem é o verdadeiro líder e candidato a primeiro-ministro, porque o ex-secretário-geral do PS António Guterres aparece cada vez mais e José Sócrates, o actual, aparece sempre com mais alguém. «Com alguém que vem para lhe pôr a mão e dizer: acreditem nele, votem nele», afirmou, contrapondo que no PSD todos sabem quem é o líder.



O Momento Eleitoral



Num discurso mais curto do que é habitual, pois tinha de seguir dali para o comício de Castelo Branco, Santana Lopes lembrou os tempos de governação socialista.

“No PS a estratégia é o silêncio, vão-se embora, calam-se, nós fazemos o trabalho todo e depois vêm, batem à porta e dizem: não se importam? Queremos maioria absoluta!”, palavras de Santana, que arrancaram muitos

aplausos.

Como exemplo dos custos escondidos por governos socialistas, Santana apontou as SCUT, auto-estradas sem custos para o utilizador. «Eles dizem sem custos para o utilizador mas este ano chegou a primeira factura: mais de 500 milhões de euros, a pagar pelo orçamento, que é o dinheiro dos contribuintes», criticou.

No final prometeu voltar a Rapa para uma nova lagarada, mais demorada e mais alegre, para comemorar a “vitória” de dia 20.

Junto a um ribeiro e em pleno parque natural da Serra da Estrela, Santana Lopes disse que gosta de campanhas não convencionais, em sítios inspiradores, depois deste almoço que a organização da campanha anunciara como um convívio com pastores e produtores de queijo.

Optimista e inspirada também Ana Manso, cabeça de lista do PSD pela Guarda, afirmou-se convencida que no dia das eleições “nem Louçã salvará Sócrates na noite da última sondagem”. – **Fonte: Lusa**

Nuno Morais Sarmiento em Castelo Branco

Nuno Morais Sarmiento, candidato cabeça-de-lista pelo PPD/PSD no Distrito de Castelo Branco, tem feito exaustivas visitas pelo Distrito, em ordem a inteirar-se dos problemas e dos anseios das suas populações.

Dando conta de alguns desses passos no seu “blog” de campanha, “Força Interior” [«http://www.moraissarmiento.blogspot.com»](http://www.moraissarmiento.blogspot.com), afirma: Visitámos [no princípio da semana] vários locais da Covilhã.

Sempre acompanhado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Carlos Pinto, pude compreender o trabalho que tem sido realizado pelo desenvolvimento deste concelho.

E os resultados são bem visíveis.



O Parkurbis, irá proporcionar à indústria tradicional a aquisição de capacidade inovadora diversificando e melhorando os equipamentos e tecnologias de fabrico e incorporando novos avanços tecnológicos. É um grande salto para a Covilhã e para a diversificação industrial, tão necessária face aos problemas da indústria têxtil.

Nas Minas da Panasqueira, no Paúl e no Tortosendo pude ainda apreciar o esforço de investimento realizado pela Câmara, pelo Governo e pela iniciativa privada na criação de equipamentos e infraestruturas que melhorem a vida das populações.

Por isso, e para reforçar o nosso compromisso, assinámos na Câmara Municipal um contrato de legislatura que vincula os candidatos a deputados do PSD a um conjunto de compromissos com os eleitores da Covilhã nos próximos quatro anos:

- o apoio ao desenvolvimento do Parkurbis, a aposta num plano de promoção e valorização do sector lanheiro na Europa e a promoção de novas redes comerciais para os produtos agrícolas da Cova da Beira;
- a construção do IC6 que ligará a Covilhã a Coimbra, a variante à Covilhã e a modernização e desenvolvimento do aeródromo;
- a construção da barragem de abastecimento de água nas Penhas da Saúde;
- o desenvolvimento turístico da Serra da Estrela e o aproveitamento

O Momento Eleitoral



turístico das Minas da Panasqueira.

Visitei [esta tarde] o Concelho de Vila Velha de Ródão.

Em Sarnadas, onde almocei, conheci o novo Espaço Museológico do Azeite, uma iniciativa que merece ser apoiada e acarinhada dada a importância do azeite na actividade e cultura desta terra.

Percorri ainda Vila Velha de Ródão e Fratel, sempre com a presença do Rio Tejo no horizonte.

É com satisfação que registo as significativas melhorias ambientais no funcionamento da fábrica de celulose de Vila Velha. Sei que têm realizado grandes investimentos para proteger o ambiente e espero que prossigam neste rumo, pois ainda há muito a fazer para que esta fábrica se torne um símbolo de boa vizinhança.

As acessibilidades também são um problema nesta parte do Distrito.

Importa melhorar a ligação à A23 e recuperar o antigo IP2 na ligação de Fratel a Gardete.

Visitei também as Minas da Panasqueira.

Um empreendimento que é um ícone desta região e que já foi, noutros tempos, praticamente a única base de criação de riqueza dos concelhos do Fundão e Covilhã.

Fruto da intervenção do Governo do PSD e da iniciativa da Câmara Municipal da Covilhã e do seu presidente, Carlos Pinto, foi possível – contra todas as vozes da desgraça – apostar na sua viabilidade económica, aumentando consideravelmente, nos últimos anos, o número de empregos e permitindo a manutenção da produção do volfrâmio, considerado como o de melhor qualidade a nível mundial.

Foi esse nosso empenho que também permitiu garantir, agora, no âmbito do segundo QCA, 25 milhões de euros para investimentos turísticos nas Minas da Panasqueira.

E, confesso, é gratificante verificar as expressões de esperança que o nosso trabalho e o empenho dos responsáveis permite espelhar nas gentes que vêm abrir-se novas oportunidades.

Estive na passada 2ª feira, em Castelo Branco e Alcains.

Contei com uma companhia excepcional. O meu bom amigo Nicolau

Breyner que não perdeu uma única oportunidade para transformar os locais por onde passámos em verdadeiras festas.

Viva o Nicolau!

Logo pela manhã estivemos na praça municipal de Castelo Branco. Um local que fervilhava de gente e de actividade. Uma recepção que fica na minha memória como a mais animada e divertida que até hoje vivi em campanha eleitoral.

Depois reuni com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, com quem discuti os problemas do concelho e da região. Abordámos os problemas de criação de emprego, instalação de novas empresas na zona industrial, medidas de descentralização de competências que agilizem os procedimentos para licenciamento de empresas, as acessibilidades e o desenvolvimento cultural e turístico.

Quero aqui deixar uma nota de apreço e agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Reuni de seguida com a ACICB - Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, onde me foram transmitidas as preocupações deste sector com as novas realidades concorrenciais, em especial as grandes superfícies e as novas lojas de comércio de produtos chineses.

Dediquei a tarde à Vila de Alcains, onde visitei várias empresas emblemáticas da região.

A Dielmar, um exemplo de como a indústria de confecções não teme a ameaça dos textéis chineses, uma

empresa nascida em 1965e que criou uma marca que é sinónimo de qualidade.

O matadouro da Oviger, outro caso de referência.

E a Cooproque, uma das casas dos tão famosos queijos de Alcains, que tive o prazer de provar.

Foi um dia em cheio numa campanha que sinto crescer a cada dia que passa. – **Fonte: 'Blog' «Força Interior»**

Miguel Relvas e António Mexia em Santarém

António Mexia, na qualidade de Coordenador Nacional do Programa Eleitoral do PPD/PSD, visitou o distrito de Santarém, na passada sexta-



O Momento Eleitoral



feira, acompanhando os candidatos a Deputado por aquele Distrito, num dia dedicado às infra-estruturas rodoviárias na região.

A manhã iniciou-se no Cartaxo, com uma visita ao local onde - a curto prazo - ficará instalado o nó de Acesso do Cartaxo à A1 (Lisboa-Porto). Aí, António Mexia, recordou a morosidade na resolução deste processo (quase 10 anos), destacando o especial empenho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Jorge Costa, desde sempre sensibilizado para esta questão relevante no contexto regional do sul do distrito de Santarém.

Afirmou acreditar que “é possível que esta infra-estrutura possa ser aberta até final de 2005, se a meteorologia assim ajudar” ao mesmo tempo que salientava o empenho do anterior Governo, liderado por Durão Barrosos em cumprir uma promessa eleitoral que o PPD/PSD apresentara ao eleitorado de Santarém em 1999.

Sobre este assunto, Miguel Relvas, cabeça-de-lista do PPD/PSD em Santarém disse que “este é um exemplo daqueles em que os políticos se comprometem com uma prioridade e têm o privilégio de ver cumprida a sua palavra” destacando ainda a necessidade de “os políticos terem de cumprir com aquilo com que se comprometem sob pena de os eleitores cada vez mais os considerarem todos iguais” (numa referência, já várias vezes repetida, aos antigos compromissos eleitorais de Jorge Lação com a navegabilidade do rio Tejo).

Miguel Relvas e Vasco Cunha recordaram alguns dos momentos mais marcantes deste processo, destacando a incontornável colaboração desenvolvida pelo PPD/PSD com a CDU e com o CDS do Cartaxo, em contraponto à total ausência do Partido Socialista local, num abaixo-assinado que chegou à Assembleia da República com cerca de 5000 assinaturas, exigindo a construção deste Nó de acesso.

Já em Tomar, os candidatos do PPD/PSD e António Mexia, tiveram oportunidade de visitar o estaleiro e uma parte da estrada que ligará o IC3 à A23, obra ansiada pela população de Tomar há mais de 20 anos. Também aqui, Miguel Relvas e António Mexia destacaram a evolução que o Plano Rodoviário Nacional teve durante os últimos 3 anos no distrito de Santarém, designadamente na resolução de velhas aspirações das populações locais, algumas delas com muitos anos.

António Mexia voltou a criticar o modelo das SCUT referindo que “este é o modelo em que se convidou os portugueses a utilizarem as infra-estruturas sem lhes dizer exactamente qual seria a factura a pagar uns anos mais tarde”.

Registe-se, igualmente, que ao longo desta jornada esteve presente o ex-Presidente do Instituto de Estradas de Portugal, Ribeiro dos Santos, durante algum tempo deputado do PPD/PSD ao longo da legislatura que agora se conclui, pelo interesse sempre manifestado na evolução do Plano Rodoviário no distrito de Santarém. – PSD/Santarém

Miguel Relvas critica Sócrates e responde ao porta-voz do PS

Miguel Relvas, Secretário-Geral do PPD/PSD e cabeça-de-lista por Santarém, respondendo a perguntas de jornalistas, que o abordaram durante uma visita de campanha, qualificou José Sócrates de “falta de sentido de Estado” por ter comentado uma notícia sobre uma alegada aposta de Cavaco Silva numa maioria absoluta do PS, entretanto desmentida pelo próprio e que se veio a averiguar ser apenas um trabalho redactorial dos seus autores.

“O PS deveria preocupar-se com o facto de um candidato a Primeiro-Ministro comentar notícias que se revelam falsas e são desmentidas”, afirmou Miguel Relvas.

“É muita falta de sentido de Estado, de cautela e de responsabilidade. É bom que um candidato a Primeiro-Ministro pondere as declarações que faz”, acrescentou o Secretário-Geral do PSD.

Sócrates, questionado em Seia, sobre a notícia do Público segundo a qual Cavaco Silva apostava numa maioria absoluta do PS nas eleições de 20 de Fevereiro, José Sócrates afirmou que compreendia essa posição e esperava que o ex-Primeiro-Ministro tivesse razão.

Posteriormente, uma fonte próxima de Cavaco Silva afirmou à Lusa que este “desmente tudo o que lhe é atribuído na notícia do Público”.

Ainda segundo Miguel Relvas, “o PS sofre do síndrome dos Falcon e do Governo de gestão”.

Reportando-se em concreto às críticas do PS, nomeadamente do porta-voz socialista, Silva Pereira, sobre a deslocação de Santana Lopes, segunda-feira, à base área militar de Monte Real, para uma cerimónia oficial, Miguel Relvas questionou: “não é normal um Primeiro-Ministro, que vai anunciar a abertura de uma pista à aviação civil, chegar a esse aeroporto de avião?”.

“Era bom que o dr. Silva Pereira, que está sempre a falar do Governo de gestão, olhasse para trás, usasse o espelho retrovisor, porque ele bem sabe o que fez em Governo de gestão”, disse ainda Miguel Relvas. –

Fonte: Lusa



Primeiro-Ministro

Base Aérea de Monte Real aberta à aviação civil dentro de um ano

O Governo assinou hoje um protocolo que irá possibilitar a abertura da Base Aérea de Monte Real, em Leiria, à aviação civil, dentro de um ano.

Na cerimónia, o Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes, justificou a decisão de abrir a Base Aérea de Monte Real à aviação civil recordando que esta infraestrutura estava “subaproveitada” e possui uma localização “única na região”.

Santana Lopes lembrou ainda que a pista de 2,4 quilómetros de comprimento ali existente “só marginalmente é menor que a maior pista do aeroporto de Lisboa”.

A abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil, acrescentou, servirá ainda de potenciador do “aumento da competitividade da economia” e do turismo.

“Será também possível a sua utilização pelas aeronaves de combate aos fogos florestais e em outras situações de emergência”, sublinhou.

Santana Lopes lembrou também que a abertura desta base aérea à aviação civil já estava prevista no programa de Governo, fazendo parte do projecto de criação de uma “rede integrada de aeroportos secundários, localizados estrategicamente no território”.

O Primeiro-Ministro assegurou ainda que a abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil “em nada implica o retrocesso do processo do aeroporto da Ota”.

“O projecto (do aeroporto da Ota) mantém plena actualidade”, frisou.

O protocolo foi assinado pelos ministérios da Defesa e das Obras Públicas, mas o ministro da Defesa, ausente em campanha eleitoral na Madeira, não teve possibilidade de estar presente, enviando, através do Primeiro-Ministro, uma mensagem de congratulação pelo acto.

Além dos secretários de Estado das Obras Públicas, Jorge Costa, e da Defesa, Jorge Neto, que assinaram o protocolo, estiveram ainda presentes na cerimónia os ministros José Luís Arnaut (Cidades), António Mexia (Obras Públicas, Transportes e Comunicações), Maria da Graça Carvalho (Ciência), e Rui Gomes da Silva (Adjunto do Primeiro-Ministro). – **Fonte: Lusa**

Agricultura

Acordo de parceria estratégica entre o Ministério da Agricultura, a CNA, a CAP, a CNCA, dos Créditos Agrícola de Portugal e da Associação dos Jovens Agricultores

A recente Reforma da Política Agrícola Comum, que veio introduzir um novo sistema de ajudas aos agricultores desligado da produção, e o novo Regulamento Comunitário de financiamento das intervenções a título do Desenvolvimento Rural, criaram uma nova situação na Agricultura Portuguesa determinando a necessidade de definir e executar uma estratégia de desenvolvimento que suporte os novos e exigentes desafios, designadamente em matéria de concorrência nos mercados agrícolas e alimentares.

Esta estratégia de desenvolvimento terá que ter em conta a sustentabilidade da

agricultura no quadro da sua multi funcionalidade e inter acção com o meio ambiente, mas sem hipotecar as amplas possibilidades de crescimento em fileiras e sectores que representam a parte mais significativa da riqueza nacional gerada no sector.

Mas não são apenas os agricultores portugueses que deverão adaptar-se às novas exigências decorrentes dos novos contornos da Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural. Também a Administração Pública, o Ministério, deverá

sofrer a reforma exigível que o coloque em real sintonia com os objectivos de modernização e desenvolvimento dos agentes do sector. Só com uma administração moderna é possível ter empresas modernas e, conseqüentemente, uma agricultura competitiva.

Esta convergência de trajectórias de ajustamento só dará os seus amplos frutos se Ministério e Organizações dos Agricultores souberem estabelecer acordos e desenvolver metodologias de actuação que, sem a perda de independência institucional e política de ambos, optimizem opções de aplicação e gestão de recursos humanos e dos recursos disponibilizados pelas políticas com vista ao desenvolvimento sustentado do sector e a recuperação da sua competitividade global.

Assume particular importância a concepção e

montagem de um Sistema de Aconselhamento Agrícola que seja credível, de qualidade, e permita induzir reais e inequívocos resultados de acréscimo de eficiência sustentada das explorações agrícolas, assim como uma nova forma de intervir das organizações agrícolas e dos serviços técnicos do Ministério.

Também toda a preparação, em matéria de Programas e Medidas e conseqüente Formas de Gestão, salvaguardados os princípios de segregação que a Regulamentação exige, do próximo período de programação e de utilização de fundos provenientes da política comunitária de Desenvolvimento Rural, se entende dever ser elaborada em parceria a fim de dar-lhe a consistência que garanta promover o desenvolvimento da Agricultura Portuguesa nas suas diferentes opções.

Porque a competitividade se centra, nos dias de hoje, principalmente na capacitação técnica e profissional das empresas e da sua capacidade para gerarem ou integrarem inovação, assim como adequados métodos de gestão, assume relevante carácter estratégico o desenvolvimento em parceria de todas as instituições produtoras de conhecimento, assim como a criação de novas estruturas de organização e gestão das políticas sectoriais.

Neste contexto, o Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas, a Confederação Nacional de Agricultura, a Confederação dos Agricultores Portugueses, a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal decidem partilhar a concepção e gestão das Políticas Públicas para o

Sector Agro-alimentar e das Florestas de forma a optimizar os seus efeitos positivos na rentabilidade económica, social e ambiental do sector e, mais geralmente, dos agricultores, pelo que celebram o presente acordo de Parceria estratégica.

Cláusula I - Áreas de Parceria

Podem ser abrangidas por contratos e protocolos

de parceria as seguintes

áreas de intervenção:

Participar na preparação da elaboração das políticas e instrumentos de aplicação;

Participar na divulgação e na gestão técnica e operacional de instrumentos de política;

Participar na elaboração e gestão operacional de programas de I&D de instituições do conhecimento e tecnologia e de promoção do desenvolvimento empresarial.

Cláusula II - Parceiros

1. As Parcerias podem ser estabelecidas com as Organizações de cúpula do Sector Agrícola Português, subscritoras do presente acordo.

2. O Ministério será sempre signatário mediante decisão do competente

Ministro.

Cláusula III - Obrigações

No quadro de desenvolvimento das Parcerias os signatários obrigam-se a:

O Ministério a encontrar, por via dos instrumentos disponíveis ou criando outros que sejam compatíveis com a regulamentação nacional e comunitária, condições de apoio logístico e financeiro para a concretização dos objectivos;

As Organizações signatárias a envolver os seus recursos no desenvolvimento das parcerias e a promoverem formas progressivas de solidariedade através da

mobilização cívica dos seus associados.

Cláusula IV - Princípio da progressividade

O presente Acordo será cumprido de forma progressiva em função das iniciativas que se entenderem, a cada momento, desejáveis de serem desenvolvidas em parceria e em função da avaliação dos resultados existentes.

Cláusula V - Áreas específicas a desenvolver

Numa primeira fase ficam abrangidas por este Acordo as parcerias a desenvolver nas seguintes áreas específicas:



Aplicação do novo Regime de Pagamento Único
Aplicação do Regime de Apoios ao Rendimento não abrangidas pelo Regime de Pagamento Único, assim como de alguns regimes de ajudas do Programa RURIS

Participação na Gestão do Sistema de Identificação e Registo de Animais

Participação na Gestão do Sistema Nacional de Identificação de Parcelas

Participação na Concepção e Preparação do Sistema de Aconselhamento Agrícola previsto pelos Regulamentos (CE) nº 1257/99 e nº 1782/2003

Participação na Concepção e Preparação do Plano Estratégico Nacional para o período 2007-2013 e acompanhamento da discussão do Regulamento do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

Participação na Avaliação e Revisão da Lei da Inter Profissão

Cláusula VI - Programação

Considerando o calendário específico de cada uma das áreas de parceria referidas na Cláusula anterior, é acordada a seguinte programação para a concretização das parcerias, entendendo-se como tal a celebração de contrato ou protocolo específico e ou aprovação de despacho ministerial adequado:

Regime de Pagamento Único – 15 de Fevereiro de 2005

Sistema de Identificação e Registo de Animais – 15 de Fevereiro de 2005

Sistema Nacional de Identificação de Parcelas – 15 de Fevereiro de 2005

Sistema de Aconselhamento Agrícola – 30 de Abril de 2005

Plano Estratégico Nacional – 30 de Junho de 2005

Lei da Inter Profissão – 30 de Junho de 2005

Cláusula VII - Metodologia de Trabalho

Para o desenvolvimento da parceria em cada uma das áreas específicas indicadas neste Acordo é estabelecida a seguinte metodologia de trabalho:

Regime de Pagamento Único, Regimes de Ajudas ao Rendimento não abrangidas pelo RPU, Sistema de Identificação e Registo de Animais e Sistema Nacional de Identificação de Parcelas

O Instituto Nacional de Garantia Agrícola e as Organizações signatárias, tendo em conta a experiência adquirida e tendo como desejável a adopção de critérios racionais de gestão, designadamente a aplicação de sistemas de administração electrónica, iniciarão, desde já, os trabalhos necessários com vista à apresentação de um modelo de Protocolo de Parceria, suportado em orçamento específico, para aprovação, por despacho autónomo mas integrado no presente Acordo, do Ministro; a data de entrada em vigor do referido Protocolo deve reportar-se a 1 de Janeiro de 2005.

Sistema de Aconselhamento Agrícola

É criada uma Comissão para o Aconselhamento Agrícola constituída paritariamente por representantes das organizações signatárias e por representantes, designados nominalmente por despacho, de organismos do Ministério com competências técnicas e ou funcionais na matéria. Esta Comissão será presidida por uma personalidade a designar pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas.

A Comissão deverá estar constituída até 28 de Fevereiro de 2005 e deverá apresentar um Programa de Trabalhos e respectivo calendário de implementação até 15 de Março de 2005.

A Comissão analisará, utilizando para o efeito a metodologia que considerar mais adequada, e proporá a melhor forma de implementar o Sistema de Aconselhamento Agrícola, designadamente: os objectivos estratégicos, o modelo organizativo e de gestão, a abrangência técnica e territorial, o nível de obrigatoriedade, os conteúdos e áreas de intervenção, os requisitos de qualificação, a forma de credenciação ou acreditação, o programa de formação e qualificação, o sistema de auditoria, o regime de sanções, os processos de recurso e apreciação, os requisitos de elegibilidade para efeito de pagamento da ajuda aos agricultores utilizadores no respeito pelas regras comunitárias a frequência da prestação

de serviços, a origem dos recursos financeiros envolvidos no financiamento do Sistema.

A Comissão apresentará até 30 de Abril de 2005 um projecto de Diploma que cria e regulamenta o Sistema de Aconselhamento Agrícola, incluindo o programa de actividades a desenvolver, a sua calendarização, o orçamento e a sua origem

Plano Estratégico Nacional e Regulamento do Fundo Europeu Agrícola e

Desenvolvimento Rural

É criada uma Comissão para a preparação do Plano Estratégico Nacional 2007-2013 constituída paritariamente por representantes das organizações signatárias e representantes, designados nominalmente por despacho do Ministro, de organismos do Ministério com competência técnica e ou funcional na matéria, presidida por uma personalidade designada pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas

A Comissão deverá estar constituída a 28 de Fevereiro de 2005 e desenvolverá os seus trabalhos em função dos calendários de apreciação e negociação do Regulamento do Fundo Europeu Agrícola e Desenvolvimento Rural e das propostas programáticas, designadamente, as linhas de orientação estratégica da Comissão Europeia.

As organizações signatárias e o Ministério obrigam-se, no quadro de funcionamento da Comissão referida, a informarem-se mutuamente sobre a sua participação nos “fora” institucionais comunitários onde se integram.

Lei da Inter Profissão

Com vista à preparação de sistemas de co-gestão de instituições do foro do conhecimento e da tecnologia, assim como de estruturas de promoção do desenvolvimento empresarial, é criado um Grupo de Contacto entre o Ministério e as Organizações signatárias para apreciação e a avaliação da actual Lei de Inter Profissão e proposta de uma nova Lei, ou a revisão da mesma, incluindo um regime de financiamento específico, universal e compatível com o direito comunitário.

O Grupo de Contacto funcionará no Gabinete de Planeamento e

Política Agro-alimentar

Cláusula VIII - Financiamento

Até que sejam definidos regimes de financiamento específicos ao abrigo das disposições legais que venham a ser produzidas nos diplomas do Sistema de Aconselhamento Agrícola e da Lei da Inter Profissão, as parcerias desde já incluídas no presente Acordo serão financiadas, através de meios financeiros ou logísticos, pelo orçamento do INGA no que diz respeito ao Regime de Pagamento Único, ao Regime de Apoios ao Rendimento não abrangidos pelo Regime de Pagamento Único, ao Sistema de Identificação e Registo de Animais e ao Sistema Nacional de Identificação de Parcelas e, com o objectivo de preparar e qualificar as organizações signatárias com vista ao Sistema de Aconselhamento Agrícola, através de candidaturas válidas à Medida 7 – Formação Profissional e à Medida 10 – Serviços Agro Rurais do Programa AGRO.

Cláusula IX- Acompanhamento e Avaliação do Acordo

Considerando a inovação associada à celebração do presente Acordo e os trabalhos que irão decorrer no desenvolvimento das parcerias nele incluídas, a sua aplicação será acompanhada por uma Comissão de Acompanhamento constituída paritariamente por representantes das organizações signatárias e um representante do Ministério que produzirá um Relatório Mensal de Progresso a ser presente ao Ministro.

Considerando as observações e recomendações da Comissão de Acompanhamento, o Acordo será avaliado anualmente em Outubro e, se necessário, revisto.

Cláusula X - Omissões

As necessidades de clarificação que vierem a ser exigidas por força de eventuais omissões deste Acordo serão definidas por despacho interno do Ministro, ouvidas as organizações signatárias. (Seguem-se as assinaturas) – **Fonte: Portal do Governo**

Convocatórias



LOURES

De acordo com os Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção de Loures, para a Assembleia de Secção, que se realizará no dia 16 de Fevereiro de 2005, quarta-feira, com início marcado para as 21h00 na sede sita no Parque Residencial do Almirante, lote 15 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação do Relatório e Contas de 2004 e do Orçamento para 2005.

Nota:

Os documentos a apresentar poderão ser consultados a partir do dia 8 de Fevereiro de 2005, mediante pedido à Comissão Política da Secção.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes da Secção para uma reunião da Assembleia de Secção de Vila do Conde a realizar no dia 4 de Março de 2005, pelas 21h30, na sede do PSD, Praça da República, nº 7, Vila do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleições autárquicas 2005
 - 2.1 Estratégia de Coligação;
 - 2.2 Perfil do Candidatos a Presidente da Câmara Municipal;
 - 2.3 Estratégia de Candidatura às Juntas de Freguesias.



VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 24 de Fevereiro de 2005 (Quinta-feira), pelas 21h00, na Sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política;
- 3- Outros Assuntos.

Durão Barroso recebido em São Bento pelo Primeiro-Ministro



A revisão da Estratégia de Lisboa foi o tema central do encontro entre o presidente da Comissão Europeia e o Primeiro-Ministro português, onde foi deixado de fora qualquer assunto de política interna.

Em declarações aos jornalistas no final do encontro, o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, afirmou que a reunião de trabalho teve como tema principal “a revisão da Estratégia de Lisboa, que apresenta agora perspectivas mais claras” e que deverá ser aprovada no Conselho Europeu a realizar dias 22 e 23 de Março.

“É uma estratégia muito mais clara”, afirmou Durão Barroso, acrescentando que o documento apresenta como prioridades a situação económica, o conhecimento, inovação e novas tecnologias, além da criação de emprego.

Além disso, acrescentou, “é também feita uma demarcação clara do que deve ser feito por cada país membro e pela União Europeia”.

Relativamente à actual situação política portuguesa, Durão Barroso escusou-se a fazer qualquer comentário.

“Não vou fazer qualquer declaração directa ou indirectamente relacionada com a situação política que se vive em Portugal”, afirmou.

Durão Barroso afirmou que “... o trabalho institucional da Presidência da Comissão Europeia é com o Governo de Portugal, que é actualmente liderado por Pedro Santana Lopes”, acrescentou.

O primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, afirmou que, mesmo que Portugal não estivesse em período de pré-campanha eleitoral para as eleições legislativas de 20 de Fevereiro, “este encontro teria lugar” – **Fonte: Lusa, Foto Hermínio Clemente**

José de Matos Correia

Os Socialistas querem voltar com os vícios antigos

Hoje, na sala de Imprensa do PSD, o Vice-Presidente, Dr. José de Matos Correia, recebeu os representantes dos órgãos de Informação, aos quais prestou a seguinte declaração:

Em declarações públicas, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Eng. José Sócrates, manifestou reservas ao convite feito pela RTP ao Prof. Marcelo Rebelo de Sousa para aí passar a desenvolver a actividade de comentador político.

Para fundamentar essas reservas, o Eng. José Sócrates referiu-se à necessidade de garantir a pluralidade de pontos de vista, isto é, de assegurar que o princípio do contraditório político seja respeitado.

Há algum tempo atrás, um ministro do actual Governo fez também declarações públicas apontando justamente para a necessidade de defender o pluralismo e o contraditório no comentário político. Recordo que tais declarações foram então aproveitadas para desenvolver um ataque completamente injustificado e injustificável contra esse ministro, contra o Governo e contra o Primeiro-Ministro.

Um dos principais mentores dessa campanha foi justamente o Partido Socialista. Verifica-se agora que, no seu melhor estilo, o Eng. José Sócrates diz exactamente o contrário do que então afirmou e faz exactamente o mesmo que criticou a outros.

O PPD/PSD quer manifestar a sua profunda preocupação com a dualidade de critérios que esta situação deixa bem à vista. De facto, quando alguém do Governo ou do PPD/PSD faz uma afirmação ou um comentário, monta-se uma enorme campanha à volta disso. Agora, quando um candidato a Primeiro-Ministro faz declarações deste teor, tudo parece passar sem consequências. Trata-se, repito, de uma gritante dualidade de critérios, que afecta gravemente a qualidade da nossa vida democrática.

O PPD/PSD queria, por isso, deixar aqui duas perguntas ao Eng. José Sócrates, cuja resposta interessa muito aos Portugueses:

- vamos continuar a assistir, da parte do Eng. José Sócrates, a este comportamento errático, a esta lógica de oportunismo, a esta estratégia do vale-tudo?
- indicará este comportamento que, caso chegasse ao poder, o Eng. José Sócrates continuaria a estratégia que o Partido Socialista sempre desenvolveu quanto à RTP? É que se o Eng. José Sócrates já envia recados quando é candidato a Primeiro-Ministro, imagine-se o que sucederia caso viesse mesmo a exercer essas funções!

Uma coisa, porém, estes comportamentos demonstram. Há três anos, aqueles que hoje dirigem o PS, com o Eng. José Sócrates à cabeça, fugiram. Agora querem voltar, mas exactamente com os mesmos vícios de então. – **Povo Livre**